

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

---

Sociedade Civil e a Democracia na Guiné-Bissau (1991-2019)

Gibril Injai

Mestrado em Sociologia

Orientador(a): Doutora Patrícia Calca, Investigadora Integrada CIES - ISCTE – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

Outubro, 2025

# iscte

SOCIOLOGIA  
E POLÍTICAS PÚBLICAS

---

Departamento de Sociologia

Sociedade Civil e a Democracia na Guiné-Bissau (1991-2019)

Gibril Injai

Mestrado em Sociologia

Orientadora: Doutora Patrícia Calca, Investigadora Integrada CIES – ISCTE - Centro de  
Investigação e Estudos de Sociologia

Outubro, 2025

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória dos meus pais, António

Amadu Injai e Manho Nampiu Djoco.

Que Allah os envolva na sua misericórdia, faça-os habitar no seu amplo paraíso e eleve os graus na glória.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todos aqueles que me apoiaram direta ou indiretamente, desde o início até ao fim da formação, especialmente as minhas madrastas Balanton Darame e Cecília da Costa.

Agradeço à minha esposa Jucelina Injai e às minhas filhas Mami Injai e Balanton Gina Injai.

À memória dos meus queridos tios: Aladje Mamadjan Injai, Saido Injai e Vítor Injai que Allah permita as suas almas na Firdaws (Paraíso).

Agradeço à minha Orientadora Patrícia Calca pelo tempo que disponibilizou para me orientar.

Também agradeço aos meus irmãos e às minhas irmãs: Caramo Injai, Safiato Injai, Sene Injai, Djatu Injai, Adama Injai e Fatu Djoco.

Agradeço os meus Professores/as pelos ensinamentos que me deram e, deste modo, poder enfrentar os novos desafios do mundo.

Por outro lado, agradeço os entrevistados pelos tempos que disponibilizaram para me facultar as informações: Rui Jorge Semedo, Fodé Mané, Júlio Mendonça, Miguel de Barros, Fodé Caramba Sanha, Tchernó Djalo e Bubacar Turé.

Por último, gostaria de agradecer aos meus primos/as e amigos: Albino Gomes Vermelho, Aguibo Braima Injai (Fábio), Gibril Jombate (Ziba), Aurélia Lopes Pati, Umo Injai, Mustafa Gomes, Idrissa Injai, Valério Soares Monteiro, Vasco João da Silva (Djesta), Gil Lopes, Ulicio Pereira Gomes (Papa), Pepu Gomes, Patua Pereira, Benvindo Mendes, Luís Varandas, Quintino Dolé, Deco Gabriel Gomes, Djodjo Pereira, Daniel Chenti, Epifânio Mango, Bubacar Embalo, Enso da Costa, Quintino Acudje, Sana Injai e ONG Ser Mais-valia.

## **RESUMO**

Esta dissertação tem como objetivo contribuir para uma compreensão aprofundada da evolução da Sociedade Civil e, conseqüentemente, da Democracia na Guiné-Bissau, no período compreendido entre 1991 e 2019. Procura igualmente esclarecer o impacto da instabilidade política nas dinâmicas entre a Sociedade Civil e o Estado. Após a revogação do artigo quarto da Constituição de 1984 – que consagrava o PAIGC como força política dirigente - verificou-se um aumento significativo da participação cívica em organizações voluntárias. Esta transformação teve início em 1991, com o processo de democratização, e consolidou-se com a realização das primeiras eleições presidenciais e legislativas em 1994. Entre 1994 e 2019, realizaram-se seis eleições presidenciais e sete legislativas no país. Apesar da persistente instabilidade política, marcada pela recorrente incapacidade de concluir mandatos dentro dos prazos constitucionais, a Sociedade Civil tem-se mantido ativa na prossecução dos seus objetivos estatutários. Contudo, nem sempre consegue fazer valer os direitos e deveres dos cidadãos consagrados na Constituição da República.

**Palavras-chave:** Democracia; Sociedade Civil; Instabilidade Política; Guiné-Bissau.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to contribute to a deeper understanding of the evolution of Civil Society and, consequently, of Democracy in Guiné-Bissau between 1991 and 2019. It further seeks to elucidate the impact of political instability on the dynamics between Civil Society and the State. Following the repeal of Article Four of the 1984 Constitution – which had established the PAIGC as the leading political force – there was a marked increase in civic engagement through voluntary organizations. This shift began in 1991 with the onset of democratization and was further consolidated with the first presidential and legislative elections held in 1994. Between 1994 and 2019, Guiné-Bissau conducted seven presidential and six legislative elections. Despite persistent political instability, characterized by the frequent failure to complete mandates within the constitutionally defined timeframe, Civil Society has remained active in pursuing its statutory objectives. Nevertheless, it has not always succeeded in asserting the constitutional rights and obligations of citizens as enshrined in the Republic’s Constitution.

**Keywords:** Democracy; Civil Society; Political Instability; Guiné-Bissau

**ÍNDICE**

Introdução	2
Capítulo I - Conceitos e Literatura	5
O Conceito de Democracia e o Conceito da Sociedade Civil	5
O que sabemos sobre a Guiné-Bissau	6
Capítulo II – Metodologia	7
Objetivo Geral	8
Objetivo Específico	8
Capítulo III – Enquadramento do Estudo do Caso	9
A Evolução da Democracia na Guiné-Bissau	9
A Sociedade Civil e o seu Enquadramento Legal na Guiné-Bissau	19
Capítulo IV – Conflito e Instabilidade Política na Guiné-Bissau	21
Capítulo V – Sociedade Civil no Contexto de Transição Política na Guiné-Bissau: Uma Análise	28
Conclusões	36
Bibliografia	41
ANEXOS	45
a) Quadro 1	45
b) Guião de Entrevista	49

## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACOBES – Associação de Defesa do Consumidor de Bens e Serviço

AD – Ação para o Desenvolvimento

AIFA/PALOP – Associação para a Investigação e Formação Orientadas para Ação nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

ALTERNAG – Associação Guineense de Estudos e Alternativas

ANP – Assembleia Nacional Popular

APU-PDGB – Assembleia do Povo Unido – Partido Democrático da Guiné-Bissau

BAO – Banco da Africa Ocidental

BM – Banco Mundial

BPP – *Bureau* Político do Partido

CADHP – Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

CC – Comité Central

CDHOA – Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental

CEEA – Centro de Estudos Estratégicos de Africa

CEMGFA – Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas

CFA- Comunidade Financeira Africana

CNE – Comissão Nacional de Eleições

CR – Conselheiros Regionais

CRGB – Constituição da República da Guiné-Bissau

DEA – *Drug Enforcement Administration*

DENARP – Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II

EMFA – Estado Maior das Forças Armadas

EUA – Estado Unidos da América



FLING – Frente de Libertação e Independência da Guiné

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População

GI-TOC – Iniciativa Global contra o Crime Organizado Transnacional

GUN- Governo de Unidade Nacional

INEC – Instituto Nacional de Estatística e Censo

JAAC – Juventude Africana Amílcar Cabral

LGDH – Liga Guineense dos Direitos Humanos

MADEM- Movimento Alternância Democrática

MpD – Movimento para a Democracia na Guiné-Bissau

ODM – Objetivo de Desenvolvimento Milénio

OGE – Orçamento Geral de Estado

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSC – Organização da Sociedade Civil

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde

PCD – Partido da Convergência Democrática

PGR – Procurador-Geral da República

PIB – Produto Interno Bruto

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PM- Primeiro-Ministro

PMA- Países Menos Avançados

PND – Partido Nova Democracia

PRS- Partido da Renovação Social

RGB-MB – Resistência da Guiné-Bissau (Movimento Bafatá)

STJ-Supremo Tribunal de Justice

UDEMOM – União Democrática das Mulheres

UE – União Europeia

UEMOA – União Económica Monetária da Africa Ocidental

UM – União para Mudança

UN – Nações Unidas

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNICEF – GB – Fundo das Nações Unidas para a Infância na Guiné-Bissau

UNIOGBIS – Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz

UNTG - União Nacional dos Trabalhadores da Guiné

## INTRODUÇÃO

Em 24 de Setembro de 1973, a Assembleia Nacional Popular proclamava, em Madina de Boé, a independência da República da Guiné-Bissau. Um ano, após o término da guerra colonial e do Acordo de Argel celebrado com Portugal em 26 de Agosto de 1974, o PAIGC entrava triunfalmente em Bissau e passava a controlar todo o território do país (Pereira & Moita, 1976, p.11). No ano de 1980 ocorreria um golpe de Estado em Bissau. Estes acontecimentos e os que se lhe seguiram provocariam uma rutura no PAIGC e o seu fim (Coutinho, 2017, pp.229), facto marcadamente relevante para o país.

Os ventos de mudanças que têm vindo a sobrar sobre África desde o início dos anos oitenta ganharam ímpeto no fim da década, com um maior engajamento da parte de uma série de países africanos na liberalização das economias nacionais e na instituição de sistemas de governo multipartidários. Estas mudanças tiveram lugar no contexto de uma *Nova Ordem Mundial* surgida no fim da Guerra Fria, simbolizada pela queda do muro de Berlim e pelo desmembramento da, até então, União Soviética (Mendy, 1996, p.12). O paradigma dos movimentos sociais, incluindo os movimentos da sociedade civil ganha um palco fundamental. A partir daí e da tentativa de compreensão da política e do poder a partir “de baixo” pode-se estudar as lutas dos povos (da população) por uma melhor governação. Por isso, enquanto estudo que se fica na sociedade civil, esta investigação demarca-se pelas suas características próprias do próprio objeto de estudo. Esta abordagem foi já usada na compreensão tanto do processo de descolonização, quanto da mais recente vaga de democratização que varreu o continente no final dos anos 80 e durante os anos 90 (sobre democratização recente, ver, por exemplo, Mamdani 2005; Mamdani et al. 1988; Anyiang Nyong'o 1987, citado por Lopes, 2020, pp.43-44).

A Guiné-Bissau não ficou atrás das tendências internacionais. A liberalização do sistema económico que teve início em Março de 1983, com a adoção de um programa de estabilização económica, seguido, três anos mais tarde, de um pacote do famoso programa de ajustamento estrutural (que ainda está a ser implementado) gerou no país outras possibilidades. A democratização do sistema político ganharia renovado impulso com o anúncio feito pelo Presidente João Bernardo Vieira, em Janeiro de 1991, sobre o lançamento de um processo de transição, passaríamos de um sistema monopartidário para um multipartidário. Esse ano foi, então, designado oficialmente como *o Ano da Democratização* (Mendy, 1996, p-12).

Assim, com o início da democratização na Guiné-Bissau, assistiu-se ao nascimento e à proliferação de várias formas associativas, partidárias, sindicalistas e de formações socioprofissionais, que hoje dão corpo ao conjunto a que se denomina sociedade civil, e que vinculam o setor privado e as práticas de assistência e auxílio mútuo (Sangreman et al,2006, citado por Barros,2014, p.36).

Em boa verdade, a classe castrense é uma das protagonistas das instabilidades políticas na Guiné-Bissau. Mas, apesar da constante instabilidade política, na Guiné-Bissau, a sociedade civil, não tem perdido a capacidade de reivindicação. Ainda assim, as disputas políticas para a sucessão do poder uma constante e um dos principais fatores da instabilidade do e no país. As sucessivas interferências dos militares nos assuntos políticos e de governação, minando esforços virados para a consolidação da democracia e do Estado de Direito democrático na Guiné-Bissau demonstram que o caminho da democratização ainda terá que ser longo. A sociedade civil tem tido um papel fundamental na advocação das políticas públicas junto ao governo central da Guiné-Bissau mas muito ainda resta ser feito. O Estado de Direito democrático não é completamente respeitado no país e as estruturas estatais muito débeis. Por isso, também, o presente trabalho que tem como objetivo compreender o papel da Sociedade Civil na Democracia da Guiné-Bissau (1991-2019) se torna particularmente premente. Pergunta-se, pois, *porque é a Sociedade Civil na Guiné-Bissau não perdeu a capacidade de mobilização?*

Para responder a essa questão, eu adotei o método qualitativo apoiado na leitura crítica da literatura relevante sobre a democratização na Guiné-Bissau e consubstanciei o meu desenho de pesquisa em várias entrevistas que apliquei a representantes de instituições pertencentes à sociedade civil guineense.

A presente dissertação divide-se em cinco partes fundamentais que se traduzem em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, *Revisão da Literatura*, procuro referir os estudos e respetivas conclusões a propósito da democracia e da sociedade civil, mais abrangentemente, e depois as análises relevantes sobre a democracia da Guiné-Bissau (1991-2019).

No segundo Capítulo, *Metodologia*, descreve-se a metodologia utilizada para conceção deste trabalho: Utilizei o método qualitativo através de uma pesquisa documental, livros,

artigos, relatórios e entrevistas aos Académicos Guineenses, políticos, representantes de Sindicatos e de ONG.

No terceiro Capítulo, *O Enquadramento do Estudo de Caso*, retrata a evolução histórica dos acontecimentos no período de estabelecimento da democracia no país, bem como, o seu enquadramento legal.

No quarto Capítulo, *Conflito e Instabilidade Política na Guiné-Bissau*, analiso os fatores políticos e sociais que têm ocorrido na Guiné-Bissau e como tal tem condicionado o aprofundamento da democracia guineense.

No quinto Capítulo, *Sociedade Civil no Contexto da Transição Política na Guiné-Bissau: Uma Análise*, procuro aprofundar a interpretação dos factos ocorridos, comprovar e testar as minhas hipóteses, também recorrendo às entrevistas realizadas, e responder à minha pergunta de partida.

Termino com as conclusões.

## CAPÍTULO I - CONCEITOS E LITERATURA

### O Conceito de Democracia e o Conceito da Sociedade Civil

Segundo Demartis (2002:202), “Democracia” é uma palavra de derivação grego que significa “poder do povo”. O termo implica, antes de mais, um princípio de legitimidade: o poder é legítimo só quando deriva do povo e se funda no seu consenso. Para Mkandawire defende que a democracia é um valor social em si mesmo, pelo qual vale a pena lutar, ao qual todos os países devem aspirar, dadas as liberdades e oportunidades que oferece (Lopes,2020:48). A democracia é um sistema político em que governa o povo, e não os monarcas ou aristocratas (Giddens,2013,p.1133).

“A palavra «democracia» tem as suas raízes no termo grego *demokratia*, formado por *demos* (povo) e *kratos* (governo). O significado básico de democracia é, por conseguinte, o de um sistema político em que o povo governa, e não os monarcas ou aristocratas. A democracia é vista genericamente como o sistema político mais capaz de garantir a igualdade política, proteger a liberdade individual, defender o interesse comum, ir ao encontro das necessidades dos cidadãos, promover o autodesenvolvimento moral e possibilitar a tomada de decisão efetiva que leve em conta os interesses de todos” (Held,1996, citado por Giddens,2010, p.426).

Na perspetiva de Reis et al, a democracia não implica simplesmente liberdades e direitos, mas também responsabilidades para contribuir para o trabalho e objetivos comuns. As ONG-movimentos populares existem para mobilizar os cidadãos para causas particulares, levantar questões na agenda pública, despertar opiniões, apelar para ação. Os partidos políticos existem para manter o sistema democrático representativo a todos os níveis – local, regional, nacional e internacional. O seu papel é estabelecer prioridades e compromissos, tomar decisões baseadas numa perspetiva holística e ideológica. Em muitas democracias isto também exige cooperação, coligações e compromissos baseados num diálogo de respeito. Numa boa democracia isto promove um conjunto de ideias e ações que estão em simples oposição ao fundamentalismo e à dificuldade de conciliação que hoje grassam entre tantos povos (Reis, et al.,2005, pp.494-495).

A sociedade civil não é um conceito novo. De mesmo modo, para a delimitar inteiramente, impõe-se uma genealogia sumária.

As suas origens remontam aos filósofos dos séculos XVII e XVIII, tais como Locke e Rousseau, que teorizaram sobre o estatuto e o papel do cidadão. De fato, a raiz latina *civis* de “civil” remete para cidadão. Etimologicamente, a sociedade civil é assim a sociedade dos cidadãos. No entanto, o recurso à etimologia está longe de permitir delimitar o conceito, que se tornou mais complexo com a evolução das formas de organização política (Koudawo,1996:71). Na teoria de Gramsci (1978), a sociedade civil diz respeito a processos de construção da hegemonia ou contra hegemonia à classe dominante sendo o Estado o conceito central da construção dessa hegemonia. Por isso, a sociedade não podia continuar interpretado o Estado como “comité administrativo” da burguesia, tal como visto Marx e Engels, em 1848, e por Lenin, na Rússia em 1917 (Teixeira,2015, p.109).

### **O que sabemos sobre a Guiné-Bissau?**

Na perspectiva de Teixeira (2015:164), a Guiné-Bissau foi formada por diferentes grupos étnicos, cujas organizações sociais precederam a presença portuguesa. Na sua estrutura interna, esses grupos étnicos apresentavam três formas de organizações social bem definida: “vertical”, “horizontal” e “intermediária” (CABRAL,1988). As sociedades verticais baseiam-se na forma hierárquica da organização política e económica, com forte estratificação social, em que a coletividade resulta de uma diferenciação de papéis. As sociedades horizontais, por sua vez, possuem uma organização social “menos estratificada”, marcada com suas concepções de estado e das relações políticas específicas. Já a sociedade “intermediária” ou mestiça, foi aliciada ou coagida em Cabo Verde para preservar a presença portuguesa na Guiné-Bissau. Vistos como intermediários entre indígenas e europeus, despunha de influência junto aos nativos (gentios).

Segundo uns estudos sobre as transições democráticas no continente africano identificam três tipos de fatores: domésticos, regionais e internacionais. Segundo uns estudos sobre as transições democráticas no continente africano identificam três tipos de fatores: domésticos, regionais e internacionais. “No plano doméstico, o falhanço das políticas económicas centralmente planeadas e a erosão das fontes de legitimidade dos partidos do governo estão entre os fatores catalisadores de mudança” (Chabal, 1998; Diamond e Plattner,1999).

“No plano regional, o desfecho positivo do processo de transição no Benim e a libertação de Nelson Mandela são vistos como marcos importantes (Diamond e Plattner,1999), que contagiaram países vizinhos com a ideia de que a mudança era possível. Segundo Teorell (2010) África é o continente em que esta dimensão de contágio tem mais efeito no processo de democratização. Finalmente, no plano internacional, o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, significaram o fim do apoio do bloco comunista aos regimes de partido único em África, forçando estes últimos a encontrarem novos aliados no Ocidente” (Chabal, 1998; Diamond e Plattner,1999, citado por Araújo; e Pinto, 2017, pp.166-167).

## **CAPÍTULO II – METODOLOGIA**

A abordagem metodológica usada neste trabalho foi baseada no método qualitativa. Iniciei a investigação com uma pesquisa documental. Por exemplo, O Relatório final, junho de 2017: Avaliação Externa a Intervenção da Cooperação Portuguesa no Sector da Educação (Pré-escolar, Básico e Secundário) na Guiné-Bissau (2009-2016). O Relatório de UNIOGBIS (junho,2019): O Direito Humano de Participar nos Assuntos Políticos e Públicos na Guiné-Bissau, janeiro de 2018 a junho de 2019.O Relatório Especial do CEEA (Centro de Estudos Estratégicos de Africa), N° 2, Junho de 2013, sobre Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco - Estado de África. CONC (Lisboa, Março de 2018) e o Relatório Em Nome da Paz, Consulta sobre Paz, Reconciliação e Desenvolvimento (2009-2017).

Outros documentos foram consultados como livros e artigos científicos sem perder o contato com os atores políticos da sociedade civil através das entrevistas realizadas aos representantes de sindicatos e de organizações não – governamentais, líderes da sociedade civil e académicos guineenses.

A definição das questões foi feita a partir das dimensões de interesse para se responder à pergunta de partida que eu defini. Mais informação sobre estas questões e respetivas dimensões é apresentada no *Quadro 1* dos anexos.

Mais informações sobre estas entrevistas, inclusivamente as suas transcrições, estão presentes nos anexos desta dissertação.



Relativamente ao desenho de pesquisa, depois de assentado a pergunta de partida: porque é que a Sociedade Civil na Guiné-Bissau não perdeu a capacidade de mobilização? Avancei para uma série de hipótese a testar de acordo com a informação recolhida quer na análise documental, quer especificamente, nas entrevistas que realizei. Assim apresento as seguintes hipóteses:

**Hipótese 1 (H1):** A Sociedade Civil não tem maior ou menor capacidade de reivindicação de acordo com o partido no governo.

**Hipótese 2 (H2):** A Sociedade Civil não tem maior ou menor capacidade de reivindicação seja o chefe de Estado um militar ou um político (civil).

**Hipótese 3 (H3):** A Sociedade Civil não perde capacidade de reivindicação mesmo se o chefe de Estado estiver em controlo das forças dos militares.

O objetivo desta Dissertação é analisar a evolução da sociedade civil e a democracia na Guiné-Bissau (1991-2019) já que os principais problemas que se refletem nas perturbações vividas por parte da democracia desde o seu princípio, como as questões da etnicidade, pobreza, analfabetismo, corrupção, narcotráfico, sucessivos levantamentos militares, emigração, investimento estrangeiro e as ajudas estrangeiros se continuam a manter altamente ligadas a uma instabilidade política onde a sociedade civil, ainda que não muito forte, mantém um papel de continuidade.

Ainda assim, apresento outros objetivos mais específicos que contribuirão para a responder à minha pergunta de partida. São eles:

1. Conhecer e descrever a evolução da Sociedade Civil e a Democracia na Guiné-Bissau;
2. Analisar os desafios sociais e políticos com que as organizações são confrontadas;
3. Analisar o papel e a influência político-económica das Organizações da Sociedade Civil nos seus domínios de intervenção;
4. Compreender o papel da Sociedade Civil na defesa do Estado;
5. Identificar os pontos fortes e fracos das OSCs;
6. Conhecer o papel da sociedade civil na construção da paz, da democracia e da defesa dos direitos humanos;

## **CAPÍTULO III - ENQUADRAMENTO DO ESTUDO DE CASO**

### **A Evolução da Democracia na Guiné-Bissau**

A Guiné-Bissau é uma República com 36.125km<sup>2</sup>, situado no continente africano, concretamente na costa ocidental da África, banhada pelo oceano atlântico. Faz fronteira ao Norte com a República do Senegal e ao Sul com a República da Guiné-Conacri, com uma população de 1.548.159 mil habitantes segundo o último recenseamento realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo (INEC) (Sucuma,2012, p.2).

Em 24 de Setembro de 1973, a Assembleia Nacional Popular proclamava, em Madina de Boé, a independência da República da Guiné-Bissau; um ano, após o término da guerra colonial e o Acordo de Argel celebrado com Portugal em 26 de Agosto de 1974, o PAIGC entrava triunfalmente em Bissau e passava a controlar todo o território do país (Pereira & Moita,1976, p.11). O PAIGC saiu das negociações e entrou na capital Bissau em outubro de 1974 sob a Presidência de Luís Cabral e um executivo formado por 7 Comissariados de Estado e 8 Sub- Comissariados de Estado liderado pelo comissário principal Francisco Mendes (Tchico Té) que viria a falecer em 1978 num trágico acidente de viação (Semedo,2021, pp.68-69).

Após a luta de libertação nacional, se criasse um conflito entre que, embora tivessem uma instrução académica limitada e experiência administrativa incipiente, eram supostos ser os melhores preparados politicamente para dirigir o Estado e as novas instituições políticas e aqueles que, não tendo embora uma preparação política adequada, se julgavam aptos a dirigir o novo aparelho de Estado porque possuíam uma melhor instrução académica e maior experiência da administração pública. A correlação de forças na altura ditou que o conflito ficasse resolvido a favor, dos que vinham das matas (Cardoso,2002, p.18).

A unidade Guiné-Cabo Verde. Radicado em profunda afinidades históricas e culturais, cimentado por uma luta política comum conduzida pelo PAIGC, vantajoso do ponto de vista da complementaridade económica, o projeto de unidade entre as duas Repúblicas está presente na linha política do Partido desde os seus primórdios (Pereira & Moita,1976, p.39).

A 15 de Novembro de 1980 uma radio de Dakar anunciou que um Conselho da Revolução tinha tomado o poder na Guiné-Bissau no dia 14 à noite. Este Conselho era

dirigido por João Bernardo Vieira, comissário principal, ou primeiro-ministro do governo deposto. Ele teria aprisionado o chefe de Estado, Luís Cabral, assim como alguns dos seus colaboradores mais próximos. A primeira mensagem dos golpistas dirigidos à população foi assinada por este mesmo Conselho da Revolução e nela se afirmava que se tratava de uma revolução cujo objetivo era o de por termo às injustiças às quais o povo guineense tinha sido sempre submetido (Coutinho,2017, pp.229-232-233).

Segundo opinião de Silva (2003:144), quem já fez um golpe de Estado, parece adquirir o vício por força de um precedente firmemente estabelecido. O golpista perde o “medo” de voltar a fazer outro golpe de Estado. Foi assim que se formou uma psicose de golpe, uma mentalidade de cerco e, por outro lado, a tentação de novas operações golpistas. Um círculo vicioso: porque um golpe gera outro golpe. Enfim, o país é que tinha de pagar todas as consequências da loucura golpista plenamente instalada.

A liberalização do sistema económico teve início em Março de 1983 com a adoção de um programa de estabilização económica, seguido três anos mais tarde de um pacote do famoso programa de ajustamento estrutural (que ainda está a ser implementado) (Mendy,1996,p-12).Segundo a tese de doutoramento de Furtado (2005),“a crise económica mundial dos anos 80,que afetou os países industrializados, a baixa drástica dos preços da maioria dos produtos de base, o peso insustentável da dívida em muitos países africanos levaram alguns a aderirem, entre 1980 e 1990,ao Programa de Ajustamento Estrutural, lançado pelo Banco Mundial. O programa a que aderiram 33 dos 47 países do grupo dos PMA (Países Menos Avançados), do qual fazem parte 27 países africanos, incluindo a Guiné-Bissau, obrigavam os países beneficiários a empreenderem reformas macroeconómicas em detrimento das necessidades sociais das populações que eram relegadas para um segundo plano. O programa teve na maioria desses países impactos negativos sobre o sector social em geral e da educação em particular: i- em muitos desses países houve uma diminuição do PIB, o que acelerou o empobrecimento nas famílias de fraca capacidade económica; ii-foi sacrificada a qualidade e a equidade dos serviços educativos, sujeitando o ensino às leis do mercado e criando, como consequência, escolas de elite para as camadas economicamente mais fortes e escolas públicas de má qualidade para as famílias menos dotados; iii-obrigou à contração dos efetivos da função pública, o que levou à diminuição da quantidade e da qualidade dos professores; iv- assentou a desigualdade entre as camadas sociais dos países mais pobres,

tornando ainda mais pobres os seus cidadãos ” (Chang,1996:23-24,citado por Furtado,2005,pp.40-41).

O acontecimento mais grave que ocorreu durante o regime nascido do golpe militar de 1980.Foi chamado “caso 17 de Outubro de 1985” – golpe do poder executado pela polícia política civil e militar. O desfecho trágico do “caso 17 de Outubro “provocou um enorme dano político interno que, de facto, colocou o nosso país na condição de “Estado-pária”, isto é, um país diplomaticamente isolado, um país desprezado pela comunidade internacional (Silva,2003, p.147).

No III Congresso do PAIGC entre 25-30 de novembro de 1988,sob o lema “Num Mundo em Transformação Um Partido para o Futuro” “foi definida uma ampla agenda de reformas políticas e económicas, incluindo: *a reorientação da reforma agrária* (causa de descontentamento entre as classes rurais e os proprietários agrícolas),*reforma da administração pública* (com vista a institucionalização do poder local autónomo),*reforma do sistema eleitoral* (para permitir maior competição através da introdução de mecanismos de intervenção democrática de cidadãos e associações políticas económicas) e *reforma do sistema económico* (para potenciar a posição geoeconómica do país em espaços económicos mais vastos) ” (Koudawo,2001,pp.93-94;citado por Araújo & Pinto,2017,p.70).

A democratização do sistema político, por um lado, ganhou impulso com o anúncio feito pelo Presidente João Bernardo Vieira, em Janeiro de 1991, do lançamento de um processo de transição do monopartidarismo para o multipartidarismo (Mendy,1996:12).

“Em 1991,com o início da democratização na Guiné-Bissau, que se assistiu ao nascimento e proliferação de várias formas associativas, partidárias, sindicatos e formações socioprofissionais, que hoje formam o conjunto a que se denomina sociedade civil, que vinculam o setor privado as práticas de assistência e auxílio mutua ” (Sangreman et al,2006,citado por Barros,2014,p.36).Segundo Koudawo (1996,p.80) “na sequência da supressão do artigo quarto da Constituição de 1984,que consagrava o PAIGC como força dirigente da sociedade, iniciou-se uma nova fase da evolução da sociedade civil”.

Três anos mais tarde, o processo de democratização culminou com o reconhecimento de onze partidos de oposição e com realização das primeiras eleições multipartidárias “livres e justas”, em Junho de 1994 - um acontecimento histórico que terminou sem

violência e com o partido governante, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e o seu Presidente, o General João Bernardo Vieira, reconduzido no poder (Mendy, 1996:13).Ao contrário entre Cabo Verde e São Tome e Príncipe “são os únicos países lusófonos em que, na sequência das primeiras eleições multipartidárias, os partidos incumbentes foram substituídos pela oposição recém-formada” (Cahen,1991; Sanches,2016, citado por Araújo e Pinto,2017,p.165).

**Quadro: 1 – Resultados das Eleições Legislativas (03.07.1994)**

<b>Partido</b>	<b>Votos</b>	<b>%</b>	<b>Deputados</b>
PAIGC	134.380	46, 4	<b>62</b>
RGB/MB	57.566	19,9	<b>19</b>
PRS	29.957	10,3	<b>12</b>
UM	36.798	12,7	<b>6</b>
FLING	7.475	2,6	<b>1</b>

**Fonte:** Agência Noticiosa da Guiné, Boletim n° 34, p, 5.in: Mendy (1996).

O Estado da Guiné-Bissau adotou o sistema político Semipresidencialismo. Neste sistema vigente, o Presidente da República e o Primeiro-ministro são eleitos pelo sufrágio universal e possuem poderes efetivos, ou seja, poder próprio, apesar de ambos serem eleitos, o Presidente tem mais poderes e pode demitir o Primeiro-ministro e dissolver o parlamento em caso de grave crise política. Os poderes estão divididos em três partes: Poder Judiciário, Legislativo e Executivo que está investido no Presidente da República e Governo que depende da confiança do parlamento – chefiado por um Primeiro-ministro, o poder legislativo está investido na Assembleia Nacional Popular e o Judiciário está a cargo dos Tribunais, em suas diferentes instâncias, e Ministério Público (Sucuma,2012, pp.4-5).

Em Maio de 1997,a Guiné-Bissau, numa tentativa de aprofundar a cooperação monetária ao nível sub-regional, tornou-se o oitavo membro da União Económica e Monetária da Africa Ocidental (UEMOA),tendo aderido ao franco CFA (Comunidade Financeira Africana).O que se pensava ser uma medida que permitiria uma maior estabilidade monetária e a criação de um ambiente mais atrativo para o investimento

externo, veio a revelar-se uma medida desastrosa ao nível económico e social, porque não foi acompanhada de medidas macroeconómicas sólidas capazes de sustentar o desenvolvimento, levando assim a um aumento da pressão externa, nomeadamente dos Estados francófonos vizinhos, principalmente do Senegal, e a uma consequente descapitalização do país (Sangreman et al,2006:15).

A diversidade sociocultural que caracteriza a sociedade guineense foi analisada na sua dinâmica e, contrariamente ao período referente a Luta Armada de Libertação Nacional, quando havia um fator de união, testemunha-se desde então contradições e contrariedade nas implementações da identidade nacional. Sobretudo após implementação do multipartidarismo, a instrumentalização política e social da diversidade étnica cultural passa a representar um fator de instabilidade, de fragmentação e conflito entre os guineenses. O respeito pela diferença, através de convívios de outrora, parece deixar de ter o valor que tinha, enquanto fator de vivência e convivência pacífica entre povos e culturas, passando a ser fonte de instabilidade, de exclusão, de desconfiança e rejeição. Deste modo, os guineenses em geral são da opinião que esta nova fase começou a manifestar-se a partir do primeiro golpe de Estado, perpetrado no país em 1980, passando, porém, a ganhar proporções maiores com a implementação deficiente do sistema multipartidário na década de 1990. Os atores políticos, movidos pela velha estratégia de “dividir para melhor reinar” são apontados como sendo os principais instigadores do espírito divisionista e de falta de tolerância entre as diversas comunidades étnicas, religiosas, entre outras, na Guiné-Bissau (CONC,2018,p.44). Contudo, de repente, a 7 de Junho de 1998, numa silenciosa manhã, tão cedo que ainda o cantar dos galos mal se fazia ouvir, uma guerra civil eclodiu. De um lado encontrava-se o então Presidente João Bernardo “Nino Vieira”, com os seus seguidores mais próximos e um pequeno número de tropas fiéis ao Governo o qual apenas dois dias depois receberia forte ajuda militar dos países vizinhos Senegal e Guiné- Conacri. No lado oposto encontrava-se a maior parte das forças armadas guineenses sob o comando do brigadeiro Ansumane Mané, que tinha sido formalmente exonerado pelo Presidente dois dias antes, mas que já se encontrava suspenso do seu posto desde Janeiro de 1998. Rapidamente comprovou que Ansumane Mané e a sua “autodenominada junta militar” tinham um forte e crescente apoio da maior parte da sociedade guineense, inclusivamente da opinião pública, da sociedade civil com as suas diferentes organizações, dos partidos políticos, do parlamento e de muitos cidadãos anónimos (Rudebeck,2001,p.12). Após onze meses de conflito, o

presidente eleito democraticamente é derrubado pelos revoltosos no dia 6 de maio de 1999, o PAIGC não conseguiu terminar o mandato. Foi constituído um Governo de Unidade Nacional (GUN), encarregado de estabelecer o país e conduzir uma nova transição (Semedo,2021:163). As eleições legislativas de 1999 e a segunda volta das presidenciais em 2000 dariam vitória ao PRS-Partido da Renovação Social de Koumba Yala, simbolizando uma nova esperança para o país, um recomeço depois da guerra, fruto uma segunda libertação nacional: a do PAIGC. Contudo, rapidamente este sentimento daria lugar à incredulidade e à desilusão, visto que a presidência de Koumba Yala foi das conturbadas e de maior amadorismo político em toda a história da Guiné-Bissau, com quatro primeiros-ministros e as imparáveis remodelações governamentais que originaram tanto a entrada de novos atores políticos para a cena nacional-uma verdadeira política de renovação social – como também a banalização total da classe política do país e do próprio Estado e suas instituições (Moreira,2022,pp.107-108).

Em 2003, o General Seabra destituiu o Presidente Kumba Yalá, que tinha perdido popularidade, pelo seu comportamento cada vez mais imprevisível e por ser considerado responsável pela ineficácia geral do governo perante a crise económica. A semelhança de Mané, Seabra presidiu ao regresso à um governo civil e à convocação de eleições, mas a fragmentação das Forças Armadas agravou-se à medida que os diversos grupos que se alinhavam com diferentes oficiais militares. Seabra tornou-se mais uma vez uma vítima desta deterioração e foi assassinado numa revolta em 2004. O General Batista Tagme Na Wai ascendeu à chefia das Forças Armadas após a morte de Seabra. A escolha de Na Wai, determinada em grande medida pelas chefias militares, e não pelo governo civil, foi mais um sinal da elevadíssima (CEEA,2013, pp.8-9). Contudo, a matriz política das Forças Armadas persistiu e até evoluiu para novas e mais complexas situações, tendo sido reiterada a interferência dos militares na vida política e, em paralelo, uma legitimação (expressão ou implícita) desse papel através da recorrente referência à ação heroica desta estrutura. Esta postura tornou-se no principal obstáculo à conversão das Forças Armadas numa instituição República (LGDH,2023, p.129).

A 28 de Setembro de 2003 uma carta de transição política é assinada por todos os partidos políticos e Henrique Rosa é nomeado presidente de transição e Artur Sanha é escolhido para chefe do governo de transição. Em Maio de 2004 o PAIGC venceria as eleições legislativas e Carlos Gomes Júnior é nomeado primeiro-ministro.

Em Junho de 2005 Nino Vieira venceria as eleições presidenciais, com apoio de Kumba Yalá e, conhecidas as contendidas com Gomes Júnior (seu antigo aliado), Vieira não hesitaria em derrubar o executivo apenas dois meses depois de assumir a presidência do país, em Outubro de 2005, nomeando Aristides Gomes como primeiro-ministro. Porém, em Novembro de 2008 o PAIGC vence as eleições com maioria absoluta e Carlos Gomes Júnior é reconduzido a primeiro-ministro e, nesse mesmo mês, Nino Vieira, Presidente da República, vê a sua casa ser atacada a tiro. Em 2009 ocorreriam as violentas mortes do CEMGFA Tagme Na Waie no EMFA e do Presidente da República Nino Vieira, a 1 e 2 de março (Moreira,2022, p.109). Com a realização das eleições presidenciais antecipadas em 2009, devido ao assassinato politicamente motivado do Presidente Nino Vieira, nas quais Malam Cabai Sanhá foi eleito Presidente da República, pôs-se um ponto final ao processo de transição, iniciando um consulado que permitiu uma certa estabilidade política e governativa, e que suscitou o renascer de confiança e otimismo a nível interno e internacional. Porém, volvido menos de um ano, surgiu uma nova peripécia que faz recuar uma vez mais o país ao ponto de partida, isto é, à espiral de violência (LGDH,2012,p.10).Os golpes de militares de abril de 2010 e abril de 2012,tendo este último conduzido à deposição do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, e originados diversos sanções da comunidade internacional medidas pela CEDEAO.A ordem constitucional só foi reposta com as eleições de maio de 2014,sendo hoje presidente José Mário Vaz (Carvalho et al.,2017,p.19). De acordo com Bobbio e Malleucci, “um golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado com a participação ativa de pelo menos um grupo militar ou neutralidade-cumplicidade de todas as Forças Armadas. Acrescentam que na maioria dos casos, trata-se de uma ação repentina, que implica, portanto, a tomada do poder, com uma certa margem de surpresa e com o mínimo possível de violência física. Ou seja, as consequências mais habituais do golpe de Estado são a simples mudança de direção política” (Coutinho,2017, p.230).

Relativamente as eleições gerais (legislativas e presidenciais), em 2014, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) venceu, com 57 mandatos expressos em deputados no parlamento, seguido de Partido da Renovação Social (PRS) com 41, Partido da Convergência Democrática (PCD) com 2, Uniao para Mudança (UM) com 1 e Partido Nova Democracia (PND) com 1 assento parlamentar.

Quanto às presidenciais, num universo de 13 candidatos, nenhum conseguiu a 50% +1 exigido por Lei fato que motivou a 2ª volta nas quais tomaram parte os dois candidatos



mais votados nomeadamente Nuno Gomes Nabiam, independente, com 154.784 votos validos, correspondente a 25,14% e José Mário Vaz, candidato do PAIGC, com 252.269 votos validos, equivalentes a 40,98%.

No pleito final, o candidato do PAIGC confirmou a vantagem da 2ª volta com expressivos 61,9% com a 38,1% de Nuno Gomes Nabiam (LGDH,2016, pp.65-66).A recessão de 2012,com o PIB a cair 1,7% não foi totalmente superada em 2013,ano em que o crescimento económico foi praticamente nulo.Com a economia em banho-maria, as receitas fiscais em 2012 e 2013 não chegavam para fazer funcionar a maquina do Estado e os salários deixaram de ser pagos nos últimos quatro meses do governo de transição.

Com o Programa de Emergência, conseguimos por os salários em dia e saldar praticamente todos os atrasados salariais. Coordenamos a preparação da Mesa Redonda, retomamos o programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que havia sido suspenso desde 2012 e lançamos uma serie de reformas com vista a consolidar a retoma do crescimento económico, aumentar as receitas fiscais e melhorar a gestão das despesas. Prosseguimos igualmente com algumas reformas estruturais e desencadeamos outras (Martins,2018, pp.68-69). Em 2015, o governo lançou uma ampla consulta nacional e ao nível da diáspora, implicando os parceiros externos do desenvolvimento, que culminou na elaboração do Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” 2015-2025, assente numa Guiné-Bissau positiva, politicamente estabilizada pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação e preservação da biodiversidade. Esta estratégia visava a diversificação da economia apoiada em quatro áreas: agricultura e agroindústria, pesca, turismo e mineração.

Contudo, bastaram quatro meses para que as expetativas depositadas na estabilização do país fossem goradas: o governo saído das últimas eleições foi demitido pelo Presidente da República num ambiente de crispação e conflito interinstitucional entre os órgãos da soberania (Presidência da República, Parlamento e Governo), evidenciando uma forte luta pelo poder para controlo dos recursos do Estado. Este conflito contribuiu para que os resultados da reunião com os doadores em Bruxelas, extremamente favorável para a Guiné-Bissau, não produzissem os efeitos desejados. A instabilidade política e governativa produziu cinco governos entre junho de 2015 e dezembro de 2016, entre os quais um inconstitucional e outro só possível mediante um acordo internacional mediado pela CEDEAO que mantém uma força militar de estabilização no país (Carvalho, et

al,2017, pp.20-21). De acordo com Cassamá (2020:48) recordar-se que o resgate aos dois bancos da nossa praça está avaliado nos 34,3 milhões de FCFA cerca de (57,81milhoes de USD) para a limpeza de carteira de créditos privados malparados. Muitas reações não se fizeram esperar e Rómulo Pires, Diretor Geral da BAO, reagiu falando à imprensa, à margem da reunião trimestral entre o Banco Central e os Diretores Gerais dos bancos comerciais do país onde igualmente aproveitou a ocasião para esclarecer a famosa questão de compra de “crédito malparado”. Sobre assunto, Rómulo Pires disse que são falsas as informações sobre o resgate financeiro de que se tem falado tendo assegurado ainda que não houve resgate «resgate nenhum», afirmando que: «resgate é quando o Estado ou alguém vem e injeta o dinheiro num banco e não foi o que aconteceu» esclareceu Rómulo Pires, que entretanto afirmou que os bancos, que não receberam de ninguém, portanto apenas cooperaram com o governo no sentido de criar condições para que os bancos pudessem voltar a financiar a economia”.

A fraca participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão, nomeadamente na política, é um problema amplamente debatida nos últimos anos na cena internacional e na Guiné-Bissau. Este desafio constitui uma prioridade para um grande número de países, como atesta o compromisso dos 193 países membros das Nações Unidas na adoção da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Meta 5.5 em particular) (LGDH,2023, p.72).

A Lei de Paridade para a Participação das Mulheres na Política e nas Esferas de Tomada de Decisão (Lei 4/2018), promulgada pelo Presidente da República a 3 de Dezembro de 2018, define um mínimo de 36 % de mulheres candidatas em todas as listas para os cargos eletivos do legislativo e para as autarquias locais. O não cumprimento da lei por parte dos partidos políticos implica procedimentos e sanções específicos, incluindo que a CNE deva divulgar, através dos meios de comunicação social, a lista dos partidos que não cumpriram com a quota estabelecida. A não conformidade deve também resultar na perda de todas as isenções fiscais e na redução proporcional dos incentivos públicos para as campanhas eleitorais (UNIOGBIS,2019, p.48). A nossa democracia é ainda deficiente. É deficiente porque para além do sério problema do subdesenvolvimento, que a torna cara, ela não promove a participação política popular. Há muita coisa que é decidida pelo executivo sem consulta popular e, por vezes até, sem consulta do parlamento (Reis et al, 2005, p.524). Por outro lado, as políticas para a igualdade de oportunidades (assim se denominam as políticas para garantir às mulheres iguais

oportunidades de promoção social em relação aos homens), que recentemente se estão a desenvolver nas sociedades industrializadas de democracia avançada, apontam também para a conquista direta do poder político por parte das mulheres, mediante a reserva de quotas nas listas eleitorais aos vários níveis políticos e administrativos, na consciência de que o poder e o prestígio têm um papel, pelo menos igualmente relevante, como a riqueza na configuração do estatuto social (Demartis, 2002, pp. 129-130).

Duas importantes apreensões de cocaína na Guiné-Bissau, realizadas em março e setembro de 2019, deram indicação de que o tráfico continua a ser um negócio lucrativo para a elite político-militar do país. Longas penas de prisão para os envolvidos (entre 14 e 16 anos para os cabecilhas) foram consideradas por uma série de atores internacionais como prova da nova vontade política das autoridades de, finalmente, enfrentar os mercados de tráfico de droga em que o pequeno país da África Ocidental há muito se encontra envolvido.

O facto de as duas apreensões envolverem quantidades tão avultadas - 789 quilogramas e 1869 quilogramas – significa que é improvável que se tratasse de expedições isoladas através da Guiné-Bissau.

Depois de meses de grande agitação política, em fevereiro de 2020, Umaro Sissoco Embalo tomou posse como presidente da Guiné-Bissau. Embalo deu início a um novo mandato com uma postura marcadamente mais “ambígua” em relação ao tráfico de droga. Estas incluem Mamadu Nkrumah e Ibraim Papa Camará, que apareceram ao lado de Embalo nas escadas do Palácio Presidencial em fotografias tiradas em fevereiro de 2020, após a sua tomada de posse. Nkrumah e Camara figuram ambos nas listas de sanções da ONU e da UE pelo seu envolvimento no que foi apelidado o “golpe de Estado da cocaína” em 2012. Um terceiro, António Indjai, antigo Chefe de Estado-maior, foi o principal alvo da agência de combate ao tráfico de droga dos EUA (*Drug Enforcement Administration* – DEA) na operação de abril de 2013, concebida para deter os escalões superiores da economia do tráfico de droga de Bissau. Indjai foi alegadamente o arquiteto do golpe de 2012, tendo passado a chefe do governo militar subsequente, sob o qual, o tráfico de cocaína floresceu. Vários observadores salientaram os paralelos sinistramente semelhantes entre o golpe de 2012 e a tomada de poder de Embalo apoiada pelos militares, no início de 2020 (GI-TOC, 2021, p.2).

Na Guiné-Bissau, os primeiros casos de infeção por Covid-19 foram registados no dia 25 de março de 2020. Dois dias depois, o país decretou estado de emergência e impôs medidas e protocolos preventivos e médicos para fazer face à pandemia, incluindo a: restrição de circulação da população, confinamento e distanciamento social.

A prevalência de doenças, a falta de infraestrutura e as greves recorrentes no sector público tornaram o surto de Covid-19 uma emergência complexa e demonstraram o nível de precaridade do sistema de saúde.

Nos últimos dois anos, observa-se um declínio do respeito pelo livre exercício do direito humano à oposição democrática motivado pelo autoritarismo que tem caracterizado o atual regime. De entre vários comportamentos antidemocráticos que visaram coartar o direito à oposição democrática na Guiné-Bissau, destacam-se as sucessivas intervenções incendiárias do Presidente da República em relação aos opositores, com ameaças e intimidações destinadas a reduzir o espaço político constitucionalmente assegurado aos partidos políticos e respetivos líderes. Para além destes comportamentos inaceitáveis, vários casos de repressão do direito à oposição política ocorreram entre 2020 a 2022 (LGDH,2023, pp.17-18-95 e 97).

### **A Sociedade Civil e o seu Enquadramento Legal na Guiné-Bissau**

O ponto fulcral de reforma do Estado consubstanciou-se com o fim da hegemonia política do PAIGC, como a única força dirigente da sociedade guineense, que ficou determinada pela lei constitucional n.º 1/91 de maio, que, por sua vez, permitiu a revisão da Constituição de 1984. Após esse ato, produziram-se pacotes de leis que revogaram as que eram incompatíveis com a cultura democrática (como o dogmático art.4 que reconhecia o PAIGC como a única força política no país), e criaram-se outras compatíveis com o novo modelo político. Entre essas, destacam-se: a lei n.º 2/91 de 9 de maio, que regulamentou o surgimento dos partidos políticos; a lei n.º 4/91 de 3 de outubro, sobre a liberdade de imprensa; a lei n.º 6/91 de 3 de outubro, sobre a criação do Conselho Nacional de Comunicação Social; a lei n.º 7/91 de 3 de outubro, sobre o direito de antena e réplica política; a lei n.º 8/91 de 3 de outubro, sobre a liberdade sindical e a n.º 9/91 sobre o direito à greve e a lei n.º 3/92 de 6 de abril, sobre o direito de reunião e de manifestação (Semedo,2022,p.250).

As próprias condições da colonização portuguesa (predominância do salazarismo, separação entre civilizados e indígenas) impediram um desenvolvimento da sociedade civil como alternativa face ao poder colonial. Foi fora do quadro legal outorgado pelo poder colonial e na esteira do PAIGC que se afirmaram movimentos que pretendiam representar uma alternativa. É o caso da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), União Democrática das Mulheres (UDEM), Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e os Pioneiros Abel Djassi, primeiros movimentos de massas criados pelo PAIGC como estruturas de apoio nas estratégias de mobilização popular e de relacionamento com instituições afins da sociedade civil de outros países (sensibilização, propaganda, recolha de fundos, bolsas de estudo (Koudawo,1996:76).

Até 1991 não existia no país legislação sobre as associações de apoio ao desenvolvimento. No entanto, desde abertura democrática, verificou-se o surgimento das mais variadas formas de organizações da sociedade civil, das associações as redes e plataformas, formalizadas ou não formalizadas, com projetos diversificados versando sobre diferentes áreas. Então, ainda que caiba ao Estado disciplinar, por meio de legislação, as formas de organização jurídica das entidades da sociedade civil, as atividades por elas desenvolvidas e as relações por elas estabelecidas, seja com o Estado, seja com outras entidades, são definidas por uma influência recíproca, na medida em que as OSCs podem influenciar a criação de legislação que afeta direta ou indiretamente o seu campo de atuação. Disto são exemplos a Lei 14/2011 (Criminalização da Excisão Feminina) e a Lei 12/2011 (Lei de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas) ambas resultado direto da pressão das OSCs (Barros,2014, p.36).

A Guiné-Bissau ratificou ou aderiu à maioria dos tratados internacionais de direitos humanos. Em 2009 e 2013, dois órgãos de tratados das Nações Unidas emitiram observações finais sobre a Guiné-Bissau. Em janeiro de 2011, o Estado emitiu um convite permanente para os Procedimentos Especiais do Conselho Direitos Humanos, que culminou na visita dos Relatores Especiais sobre pobreza extrema e direitos humanos, e sobre a independência dos/as juizes/as e advogados/as, em 2014 e 2015.

A Guiné-Bissau é um membro da União Africana e ratificou a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) e a maioria dos tratados regionais de direitos humanos. A Guiné-Bissau ratificou a Carta Africana para a Democracia, Eleições e Governança no dia 23 de Dezembro de 2011.

A Guiné-Bissau é também membro da CEDEAO e, em virtude disso, do seu Tribunal de Justiça, que tem competência para determinar casos de violações de direitos humanos que ocorram em qualquer dos Estados-membros (UNIOGBIS, 2019, pp.17-18).

São os seguintes, os diplomas legais que regem a existência, validade e eficácia das OSCs:

1. Decreto n.º .23/92, de 23 de Março de 1992-Disciplina a criação e o exercício da atividade das organizações não-governamentais;

2. Decreto n.º .26/93, de 15 de Março de 1993 – Regula o controlo das isenções aduaneiras às importações efetuadas ao abrigo de projetos de investimento publico tutelados pelos Ministérios e outros Departamentos do Estado;

3. Lei n.º .2/95, de 24 de Maio de 1995 – Institui o regime consolidado sobre a isenção ou redução dos direitos de importação;

4. Lei n.º .6-A/95, de 5 de Julho de 1995 – Determina que as mercadorias importadas como bagagem pelos organismos não-governamentais, ou ao abrigo de regime de isenção, não são por ele abrangidas;

5. Decreto n.º .5/98 – Estabelece o regime jurídico do uso privativo da terra e determina que Organismos e associações de utilidade pública, sem fins lucrativos estão isentos do imposto fundiário (art.º 41) e será gratuita a atribuição do direito mediante uso consuetudinário (art.11.) (Barros,2014,pp.38-39).

#### **CAPÍTULO IV - CONFLITO E INSTABILIDADE POLÍTICA NA GUINÉ - BISSAU**

O nascimento da Guiné-Bissau, enquanto Estado independente, foi resultado de onze anos de luta armada, associada a séculos de resistência contra a dominação colonial e estrangeira. O país chega à independência carregado de profundas sequelas políticas, económicas, sociais e culturais, tornadas visíveis no decurso de quatro décadas da sua independência. Ao longo desse período houve sucessivos episódios violentos que lhe conferiu características particulares, tanto no plano político e militar, como social e cultural, sem esquecer o atraso económico e a pobreza. A paz, fator essencial ao desenvolvimento tornou-se infelizmente, desde então, uma miragem. Por conseguinte,

começou-se, desde então, a procurar a raiz dos males que afetam a sociedade guineense, em geral, e o Estado, em particular (CONC,2018, p.51).

Em 17 de outubro de 1985, esse caso foi a mais profunda crise no país nos pós 14 de Novembro e durante o regime militar, cujas consequências foram graves e responsáveis por acirramento explícito de disputa entre a maioria Balanta e um grupo misto de etnias que apoiavam o presidente Nino Vieira, que era da etnia Pepel. Foi a consumação do rompimento entre os comandantes do CR, por um lado, e por outro, criaram situações complexas que estabeleceram uma nova ordem no relacionamento político que passou a semear tendências étnicas perigosas na abertura política na década de 90.

Se o 17 de outubro foi a efetivação de afastamento de comandantes Balantas de áreas estratégicas de segurança nacional, por um lado, por outro lado, serviu de lenha para incendiar a liberdade de expressão conquistada com a abertura política (Semedo,2021, pp.119-125).

No mês de Junho de 1994 realizamos as primeiras eleições legislativas e presidenciais, eleições livres e democráticas depois de um período de transição política que nós acreditávamos erradamente ter sido uma transição política de sucesso. Hoje sabemos dolorosamente que essa nossa primeira transição democrática foi, de facto, um completo fracasso. Foi um fracasso por força de conflito político-militar (1998-1999) que lançou o nosso país numa violenta espiral negativa, cujas consequências ainda vão durar muitos anos.

A primeira ordem política democrática (1994-1998) gerou dois governos constitucionais – o do Coronel Manuel Saturnino da Costa e o do Eng<sup>a</sup>. Carlos Correia – até que essa mesma ordem política entrou em colapso naquela madrugada do dia 7 de Junho de 1998. A segunda ordem democrática já deu 4 governos constitucionais ao nosso país – o governo do Dr. Caetano Intchama (que durou 13 meses), o do Dr. Faustino Imbali (que durou 9 meses), o do Eng<sup>a</sup>. Alamara Intchia Nhassé (que durou 11 meses) e o governo de iniciativa presidencial chefiada pelo senhor Mário Pires (desde 16 de Novembro de 2002). A ausência do Coronel Ansumane Mané (Bric Brac), chefe cessante do Estado Maior General das Forças Armadas. Porque o momento mais significativo de toda aquela cerimónia era de facto a retirada do temível ninista Ansumane Mané que ia ser substituído por Sanussi Soares Cassama (Sacó), novo Chefe de Estado Maior General das Forças

Armadas. De saída, o Coronel Ansumane Mané tinha sido promovido a Brigadeiro, e o anúncio dessa promoção foi feita na referida cerimónia onde ele não compareceu.

É o grande vencedor das eleições legislativas de 1999, mas não conseguiu bater o recorde histórico (do PAIGC). O PRS não foi além dos 38 deputados mesmo tendo crescido vertiginosamente na preferência dos eleitores. Em relação a 1994 ganhou mais 72.845 votos o que, no total (102.802), correspondeu a uma quota de 29,3% dos votos validos (350.626). O partido de Dr. Kumba Yalá cresceu muito -72.845 votantes – muito mais do que cresceu o total dos votantes à escala nacional que foi em número de 66.776 (Silva,2003,pp.13-14-79 e 351).

Na década de 2000 a vida pública da Guiné-Bissau, foi marcada essencialmente pela persistência instabilidade política, fragilidade do Estado e não observância dos preceitos do Estado de Direito Democrático, particularmente no que se refere a submissão do poder militar ao poder civil. O país não foi capaz de superar as consequências políticas, económicas e sociais geradas pelo conflito político-militar de 1998-1999. A persistente instabilidade política, consubstanciada (i) nos sucessivos governos que, em média, não ultrapassavam períodos de governação de seis meses, entre 2000-2004, e dois anos, entre 2004-2009), (ii) nas sucessivas interferências dos militares nos assuntos políticos e de governação, minando os esforços virados para a consolidação da democracia e do Estado de Direito e iii) nas condicionalidades da comunidade internacional e subsequente adiamento de apoios por parte dos parceiros de desenvolvimento (DENARP-II,2011,p.12). Segundo abordagem de Lopes (2020, pp.48-49) “o progresso registado na política democrática em África nos últimos tempos não está isento de desafios e constrangimentos. Os luxos e o legado das práticas autoritárias são motivos de grande preocupação em diversos países. O domínio do poder executivo, apesar de se encontrar em declínio, permanece omnipresente, enquanto o uso do poder discricionário ameaça generalização do ordenamento democrático. Em vários países, parlamentos, magistratura e partidos políticos da oposição - três importantes instituições democráticas – permanecem subordinados, com fraco alcance e recursos e espaço autónomo diminutos. Instituições de responsabilidade horizontal, como os organismos anticorrupção ou de defesa dos direitos humanos, ou ainda as agências de auditoria, não têm vitalidade nem capacidade para determinar fiscalizações efetivas. A impunidade política continua a imperar.



A política é ainda vista como um caso de vida ou morte, no qual os políticos e os partidos apostam tudo para alcançar e reservar o poder. Isto faz com as eleições sofram de uma desvalorização no que toca a promover mudanças significativas na governação. Em muitos casos continua a prevalecer a síndrome de «o vencedor leva tudo». A negociação do poder político está relacionada com o acesso aos recursos públicos. Contudo, o surgimento e o florescimento da sociedade civil representam um bom presságio para a política democrática em África. As pressões para a responsabilização vindas de baixo aumentam a cada dia que passa, com os cidadãos a exigirem a concretização dos seus direitos e oportunidades. As reivindicações e movimentações da sociedade civil, se consistentes e persistentes, podem começar a reconfigurar não só o caráter da política, mas também a natureza e a essência do estado”.

Segundo Semedo, considerava três fatores como indispensáveis para o país se livrar da instabilidade e assegurar as oportunidades do desenvolvimento: (i) -A estabilidade e a paz política e social, assente no diálogo permanente entre os componentes da sociedade guineense, na busca das melhores soluções para os problemas que vivem; (ii) -Uma justiça de qualidade, que garanta aos cidadãos o respeito e o pleno gozo dos seus direitos e liberdades e que contribua para a moralização e a transparência da vida pública, através do combate sem tréguas à corrupção, ao narcotráfico e ao crime organizado; (iii) - A capacidade de havendo paz, estabilidade e justiça, criar um clima favorável ao investimento, particularmente ao investimento estrangeiro e da nossa diáspora, através da adoção de políticas mais atrativas e procurar os meios para o pagamento da dívida interna, como forma de recuperação e relançamento do sector privado nacional (In Nô Pintcha,ed.2066,citado por Semedo,2022,pp.377-378).

“No contexto difícil no qual a Guiné-Bissau tem vivido não é, pois, de estranhar que a sua população seja a que tem sido mais penalizada, atingindo a pobreza dimensões preocupantes.

Entre 1991 e 2001 verificou-se que a pobreza absoluta (rendimento inferior a 2\$ dia) passou de 49,0% para 64,7%, sendo que fora de Bissau representava 69,1% da população. Já no que respeita a pobreza extrema (rendimento inferior a 1\$ dia), em igual período, houve uma redução da população afetada, diminuindo de 26% para 21%.Em 2002,os principais pobres eram jovens, dos quais 80% se encontrava entre os 15 e os 35 anos no auge das suas capacidades produtivas, assim como mulheres.

Dado o seu papel crítico na economia familiar, os agregados dirigidos por mulheres têm menor probabilidade de serem pobres. Por outro lado, apesar do tamanho do agregado ter relação direta com a pobreza, verifica-se que nos agregados onde os seus chefes têm maior nível de escolaridade, nomeadamente educação secundária, existe uma maior capacidade para fazer face ao fenómeno de pobreza. Todavia, baixo rendimento auferido pelos funcionários do Estado (60% tem um rendimento medio próximo dos 2\$ por dia), e a incerteza do seu recebimento faz com que esse “estatuto de assalariado” não seja suficiente para lutar contra pobreza” (ONU,2004,citado por Sangreman et al,2006:24). Já no final do século XVIII, o filósofo político francês Montesquieu “referia a concentração geográfica da prosperidade e da pobreza e propunha uma explicação para isso. Sustentava que as pessoas que viviam em climas tropicais tendiam a ser preguiçosas e não tinham uma mente curiosa. Em consequência, não trabalhavam arduamente e não eram inovadoras, as razões da sua pobreza” (Acemoglu & Robinson,2013, p.65).

O golpe de Estado de 14 de Setembro de 2003, liderado pelo general Veríssimo Seabra, que obrigou à resignação do Presidente Kumba Yalá, dá início a outro processo de transição em que interinamente assumiu à Presidência o empresário Henrique Rosa, tendo o General Veríssimo Seabra assumido o cargo de presidente do Comité Militar para a Restituição Constitucional e Democrática, órgão consultivo do Presidente da República.

É neste contexto que são realizadas as eleições legislativas, em 30 de Março de 2004, que dão a vitória ao PAIGC. No entanto, mais uma vez, os elementos presente que estão na origem dos conflitos na Guiné-Bissau, em que podemos destacar a falta de diálogo para a resolução dos problemas do país por vias não violentas, são de novo postos em evidência com o assassinato do General Veríssimo Seabra, em Outubro de 2004, perpetrado por militares que tinham sido destacados anteriormente para missão de paz na Libéria no âmbito da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e da ONU) (Sangreman et al,2006,pp.20-21). Como diz Reis et al (2005, p.524), temos que ter a coragem de arriscar mais democracia. A insistência num poder central desmesurado como prerrogativa do estado parece-me irracional. O nosso estado não tem a capacidade de corresponder a tamanhas expectativas. E se não muda de concepção nunca, provavelmente, terá essa capacidade. A concentração do poder é uma cilada consciente na medida em que põe em perigo a soberania interna com a promoção duma relação patrimonial entre a sociedade civil e o estado.

Considerando o contexto anterior apresentado, compre frisar o impacto no surgimento e na confirmação jurídica das OSCs de situações como a incapacidade do Estado em satisfazer necessidades básicas das populações e estender a presença das suas instituições a todo território, assim como o elevado de dependência face ao exterior e o modo como essa dependência afeta a decisão sobre as áreas em que os recursos devem ser alocados (Barros,2014, p.36).

“Após as eleições de 2009, o parlamento aprovou o Programa de Governo e o Orçamento Geral do Estado, gerando-se um ambiente propício para execução das principais reformas políticas, no qual a Educação se destacava como uma das principais prioridades. Foram adotadas políticas e instrumentos importantes para o sector, tais como: Plano Nacional de Educação para Todos; Plano Sectorial para a Educação; Lei de Bases do Sistema Educativo; Lei do Ensino Superior e da Investigação Científica; Lei da Carreira Docente; introdução de Educação Ambiental e da Cidadania nos currículos. O ambiente de estabilidade, e a imagem de uma reconciliação entre as esferas políticas e militares, permitiu ao governo recuperar a confiança da comunidade internacional e retomar os compromissos de apoio ao desenvolvimento, possibilitando o perdão da dívida externa pelas instituições credoras multilaterais e bilaterais. Ao nível macroeconómico, o PIB cresceu 5.5%, proporcionando o investimento nos sectores sociais” (Barros & Rivera,2011, cita por Carvalho et al,2017:19). A recessão de 2012,com o PIB a cair 1,7% não foi totalmente superada em 2013,ano em que o crescimento económico foi praticamente nulo.Com a economia em banho-maria, as receitas fiscais em 2012 e 2013 não chegavam para fazer funcionar a maquina do Estado e os salários deixaram de ser pagos nos últimos quatro meses do governo de transição.

Com o Programa de Emergência, conseguimos por os salários em dia e saldar praticamente todos os atrasados salariais. Coordenamos a preparação da Mesa Redonda, retomamos o programa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que havia sido suspenso desde 2012 e lançamos uma serie de reformas com vista a consolidar a retoma do crescimento económico, aumentar as receitas fiscais e melhorar a gestão das despesas. Prosseguimos igualmente com algumas reformas estruturais e desencadeamos outras (Martins,2018, pp.68-69). Uma das provas indiscutíveis deste perfil retardador do desenvolvimento da Guiné-Bissau, assim como da erosão do Estado ou desaparecimento do próprio país pelo nascimento “Estado étnicos”, é a ocorrência da prisão do primeiro-ministro constitucional, Carlos Gomes Juniores do Chefe do Estado Maior, general das

Forças Armadas, Almirante José Zamora Induta. O primeiro, foi eleito pelo povo e o segundo nomeado pelo Presidente da República, Sr. Malam Bacai Sanha. Tudo se passou, sob os olhos do referido Presidente da República, cuja indiferença ou possível conluio manteve, até dia 23 de agosto de 2020, o malogrado CEMGFA na prisão pessoal do seu ex-Adjunto, general António Ndjai nomeado no seu lugar pelo mesmo Presidente da República (Cissoko,2023, p.396).

Em 2015, o governo lançou uma ampla consulta nacional e ao nível da diáspora, implicando os parceiros externos do desenvolvimento, que culminou na elaboração do Plano Estratégico Operacional “Terra Ranka” 2015-2025, assente numa Guiné-Bissau positiva, politicamente estabilizada pelo desenvolvimento inclusivo, boa governação e preservação da biodiversidade. Esta estratégia visava a diversificação da economia apoiada em quatro áreas: agricultura e agroindústria, pesca, turismo e mineração.

Contudo, bastaram quatro meses para que as expetativas depositadas na estabilização do país fossem goradas: o governo saído das últimas eleições foi demitido pelo Presidente da República num ambiente de crispação e conflito interinstitucional entre os órgãos da soberania (Presidência da República, Parlamento e Governo), evidenciando uma forte luta pelo poder para controlo dos recursos do Estado. Este conflito contribuiu para que os resultados da reunião com os doadores em Bruxelas, extremamente favorável para a Guiné-Bissau, não produzissem os efeitos desejados. A instabilidade política e governativa produziu cinco governos entre junho de 2015 e dezembro de 2016, entre os quais um inconstitucional e outro só possível mediante um acordo internacional mediado pela CEDEAO que mantém uma força militar de estabilização no país (Carvalho, et al,2017, pp.20-21).

É indiscutivelmente que as ascensões políticas operadas nos anos 1974-2015 ressuscitavam, em cada transpiração amarga, a esperança de prosseguir a reconstrução nacional num ambiente mais fraterno e de cicatrizar as feridas do recém-passado. É também de larga consenso que cada geração de esperança nunca teve uma vida longa. O medo de perder o poder, o enriquecimento ilícito, a impunidade, a arrogância, a prepotência política, as prisões arbitrárias, a rivalidade de intentonas com intentonas, competindo, também, com virtudes desqualificadas, despertaram o sono da consciência de nação. Os malogrados, eram os combatentes da liberdade da pátria, as populações das antigas regiões libertadas do jugo colonial (1960-1974), os pobres, as mulheres e crianças,

a saúde, a educação, as próprias Forças Armadas e todos os implicados nessa torta dinâmica política (Cissoko,2023, pp.378-379).

A Guiné-Bissau vai ser ainda durante muitos anos, por um lado caracterizada pela instabilidade interna, e por outro lado continuar a ser um país altamente dependente do exterior, não só no plano económico e financeiro, mas também nas componentes políticas, social, institucional e militar.

O Estado de Direito e as instituições democráticas na Guiné-Bissau, embora existam formalmente, funcionam com dificuldade e estão sob ameaça constante, quer das Forças Armadas quer dos movimentos políticos (Sangreman et al,2006, p.33).

## **CAPÍTULO V – A SOCIEDADE CIVIL NO CONTEXTO DE TRANSIÇÃO POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE**

Na perspetiva de Koudawo (1996:69),a evolução da sociedade civil no contexto da transição política iniciada em 1991 aparece como um campo particularmente rico em ensinamentos sobre os mecanismos, as vias, os meios, os atores etc., da passagem de um regime monolítico em que um partido armado transformado em Partido-Estado foi a força dirigente de todos os sectores da vida política, económica e social durante cerca de duas décadas, para um regime pluralista em que, para além da pluralidade dos atores políticos, se afirma uma, multiplicidade de força sociais, portadoras de profundas mudanças.

Na opinião de entrevistado Júlio Mendonça, é verdade que desde 1991 que se deu essa possibilidade de organização da sociedade civil; emergiram no país, é obvio, variadíssima organizações que também deram algumas provas no cumprimento dos seus objetivos, que se resume na coadjuvação do próprio Estado, na resolução e desenvolvimento de certos problemas sociais que eventualmente existem, mas para ser realista depois de 1998,isto é, depois de conflito militar de 1998, na sociedade civil há uma organização que congrega todas as organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau que é chamado " Movimento Nacional da Sociedade Civil, mas infelizmente essa organização não tem correspondido com às expetativas dos próprios guineenses uma vez que, de lá para cá há uma desassociação com as lutas de vários organizações sindicais que se delinearão no sentido de cumprir com os seus objetivos, esse movimento sempre não acompanhou sempre essa dinâmica de muitas organizações sindicais filiais e neste momento a nossa sociedade civil

está a funcionar no verdadeiro sentido da palavra porque existem muitos problemas sociais inclusive ataques claros à democracia, aos princípios constitucionais, ao princípio da liberdade de manifestação, de associação etc. Mas o movimento que a partir daqui devia estar na vanguarda da defesa deste princípio não está a fazer o seu trabalho. Entretanto, existe a sociedade civil que está a atentar lutar pelo cumprimento dos seus objetivos estatutários, mas, infelizmente tendo em conta a situação sociopolítico do país não estão a conseguir fazer valer os seus direitos e as suas obrigações, plasmados na Constituição da República. Entretanto, não podemos dizer que a sociedade civil não existe, existe sim, mas está a funcionar de uma forma desorientada e descoordenada, entre eles, não trazendo as vantagens que se poderia esperar da mesma organização da sociedade civil.

“Em 1991, com o início da democratização na Guiné-Bissau, que se assistiu ao nascimento e proliferação de várias formas associativas, partidárias, sindicatos e formações socioprofissionais, que hoje formam o conjunto a que se denomina sociedade civil, que vinculam o setor privado as práticas de assistência e auxílio mútua” (Sangreman et al, 2006, citado por Barros, 2014, p.36). A Sociedade Civil, os Movimentos Populares, as ONG têm tido um papel explícito no trabalho das Nações Unidas, desde o início que está claramente formulado na Carta das Nações Unidas. O seu papel tem aumentado consideravelmente durante os últimos 15 anos, particularmente em relação à maior parte das cimeiras mundiais e negociações internacionais. Hoje há cerca de 2000 Organizações da Sociedade Civil acreditadas nas Nações Unidas e cerca de 500 novas podem creditação todos os anos. Assim temos assistido a um desenvolvimento realmente forte (Reis et al, 2005, p.498).

No mês de Junho de 1994 realizamos as primeiras eleições legislativas e presidenciais, eleições livres e democráticas depois de um período de transição política que nós acreditávamos erradamente ter sido uma transição política de sucesso. Hoje sabemos dolorosamente que essa nossa primeira transição democrática foi, de facto, um completo fracasso. Foi um fracasso por força de conflito político-militar (1998-1998) que lançou o nosso país numa violenta espiral negativa, cujas consequências ainda vão durar muitos anos.

A primeira ordem política democrática (1994-1998) gerou dois governos constitucionais o do Coronel Manuel Saturnino da Costa e o do Eng. Carlos Correia – até que essa mesma ordem política entrou em colapso naquela madrugada do dia 7 de Junho

de 1998. A segunda ordem democrática já deu 4 governos constitucionais ao nosso país – o governo do Dr. Caetano Intchama (que durou 13 meses), o do Dr. Faustino Imbali (que durou nove meses), o do Eng<sup>a</sup>. Alamara Intchia Nhassé (que durou 11 meses) e o governo de iniciativa presidencial chefiada pelo senhor Mário Pires (desde 16 de Novembro de 2002) (Silva, 2003, pp. 13-14). Há 28 de Setembro de 2003 uma carta de transição política é assinada por todos os partidos políticos e Henrique Rosa é nomeado presidente de transição e Artur Sanha é escolhido para chefe do governo de transição. Em Maio de 2004 o PAIGC venceria as eleições legislativas e Carlos Gomes Júnior é nomeado primeiro-ministro.

Em Junho de 2005 Nino Vieira venceria as eleições presidenciais, com apoio de Kumba Yalá e, conhecidas as contendas com Gomes Júnior (seu antigo aliado), Vieira não hesitaria em derrubar o executivo apenas dois meses depois de assumir à presidência do país, em Outubro de 2005, nomeando Aristides Gomes como primeiro-ministro. Porém, em Novembro de 2008 o PAIGC vence as eleições com maioria absoluta e Carlos Gomes Júnior é reconduzido a primeiro-ministro e, nesse mesmo mês, Nino Vieira, Presidente da República, vê a sua casa ser atacada a tiro. Em 2009 ocorreriam as violentas mortes do CEMGFA Tagme Na Waie no EMFA e do Presidente da República Nino Vieira, a 1 e 2 de março (Moreira, 2022, p. 109).

A incessante busca de possibilidades de reconciliar os guineenses e aproximar os órgãos de soberania, mantendo sempre o princípio de separação de poderes e, concomitantemente, de interdependência institucional, são os compromissos assumidos pelo Presidente Malam Bacai Sanhá ao longo dos três anos em que esteve à frente do país. Essa árdua vontade é expressa pelo único Presidente da República desta recente história democrática guineense, que nunca chegou a assinar um decreto para demitir o governo. Contudo, não lhe faltaram intrigas e perturbações que podiam levar isso, sobretudo logo no início de sua magistratura. Não cedeu às pressões e aos jogos para derrubar o seu chefe de Governo, Carlos Gomes Júnior. Conseguiu manter a serenidade, o equilíbrio e o necessário sentido de Estado compatível com as exigências de estabilização do país.

Tinha noção das dificuldades herdadas, marcadas sobretudo pelos dramáticos acontecimentos que vitimizaram o seu antecessor e o então Chefe de Estado-Maior General das Forças. Não escondeu, no entanto, a sua firme determinação em inaugurar uma nova página na história da Guiné-Bissau, mediante a promoção do diálogo, da estabilidade e da justiça social. Confrontado com um país, onde a capacidade de uso da

violência legítima por parte do Estado, demonstrava vontade em restituir o império da lei e, conseqüentemente, em garantir a defesa dos princípios dos direitos humanos (Semedo, 2022, p.377). Os golpes de militares de abril de 2010 e abril de 2012, tendo este último conduzido à deposição do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, e originados diversos sanções da comunidade internacional medidas pela CEDEAO. A ordem constitucional só foi reposta com as eleições de maio de 2014, sendo hoje presidente José Mário Vaz (Carvalho et al., 2017, p.19).

Na sequência da segunda volta das eleições presidenciais de 29 de dezembro de 2019, Umaro Sissoco Embalo foi declarado vencedor pela Comissão Nacional das Eleições (CNE), com 53,55% dos votos válidos, contra 46,45% do candidato concorrente, o engenheiro Domingos Simões Pereira. Os resultados eleitorais foram publicados a 1 de janeiro de 2020 e imediatamente contestados pelo candidato derrotado, que interpôs um recurso no Supremo Tribunal de Justiça na sua competência de tribunal constitucional. Pouco mais de um mês após a divulgação dos resultados eleitorais e na pendência de um contencioso eleitoral, Umaro Sissoco Embalo tomou a “Posse Simbólica” a 27 de fevereiro de 2020 num dos hotéis de Bissau, numa cerimónia presidida por Nuno Gomes Nabiam, então vice-presidente da Assembleia Nacional Popular, à margem das normas constitucionais e regimentais.

No dia seguinte, Umaro Sissoco Embalo assinou um Decreto Presidencial anunciando a demissão do primeiro-ministro Aristides Gomes, que chefiava um governo liderado pelo PAIGC (LGDH, 2023, p.155).

Segundo Fodé Abulai Mane, há uma indefinição por parte dos teóricos; a sociedade civil tem várias definições. Há uma que é simples, existem aqueles que aspiram ascender ao poder, são os que estão nos partidos políticos ou noutras instituições, mas tudo direcionado para deter o poder; é uma sociedade política, temos aquela sociedade de monopólio do poder. Por exemplo, forças armadas ou força de defesa e segurança que são instituições com as suas regras e princípios numa sociedade organizada tem poderes limitados mesmo de usar a força ou usar a arma é uma sociedade castrense, tudo o que não faz parte disso é uma sociedade civil não só o que está legalizado, as associações, os manjuandades também os grupos geracionais, por exemplo, comparando com os Bijagós existem Camabis e Cabaro, e os Balantas, Nghaie que são comunidade que têm código de conduta. Por exemplo, numa manjuandade, sabemos que se uma pessoa faltar a uma reunião tem uma sanção, se tiver óbito ou casamento deve contribuir, quem não pagar



tem regras e não está explícito quem deve gerir o dinheiro, mas é um código, é uma lei que existe. Portanto, isto é uma sociedade civil, então se desde a história recente, mesmo na resistência ao colonialismo, o maior foco da resistência foi a sociedade civil, porque a sociedade civil funciona numa lógica muito importante, a liberdade das pessoas e não limitação também das liberdades, que não seja uma única pessoa a impor a sua vontade.

Depois da abertura ao multipartidarismo, aquilo que chamamos abertura democrática, houve uma possibilidade da sociedade civil se organizar e legalizar só que isso não foi acompanhada por mudanças legais, até hoje, temos apenas quatro ou cinco artigos de código civil que regulamentam o funcionamento da sociedade civil, por exemplo, não existem pessoas coletivas, artigo 157 e depois artigo 167 das associações.

Existe uma lei de 1967, não há mais de atualizações ou acompanhamentos de quê, e que temos o que chamamos de ONG, que funciona como associação, mas são diferentes, devia haver uma legislação das associações como existem noutros países como: Angola e Cabo Verde há lei de associação, aqui não existe porque quando se fala ou há propostas para legalizar algumas associações, e mudar a lei, há receio da sociedade política, porque esta forma em que está na lei, que permite o controlo, foi criada, em 1967, em Portugal, em pleno regime da ditadura Salazarista, com intenção de controlar tudo para evitar que as pessoas se refugiem na sociedade civil, para tentar obter a liberdade, que não conseguem em termos políticos, é isso que nós temos, até agora, ninguém não pode constituir uma associação legalizada em Bafatá ou em Contubuel que é mais longe. Tem que vir até Bissau porque há único Cartório no país. Tudo isso é uma forma de controlo porque a lei continua a ser a mesma, então exista oportunidade em contraste a lei, e a sociedade civil adotou a sua dinâmica, continua a trabalhar, principalmente hoje, as associações de mulheres conquistaram muito na emancipação, promoção das mulheres graças às suas associações, algumas formais e outras não formais, por exemplo, grupos de Bideiras fazem as suas abotas (poupanças) e conseguem a independência que não tinham e tendo alguma autonomia financeira conseguem ter voz na educação dos seus filhos, graças à dinâmica da sociedade civil. Não existe em termos políticos, mas sabemos, sozinho não se consegue, mas quem é que resolve os problemas da educação são as ONG, temos um contraste, uma tendência de redução da função do Estado. O Estado está a tornar-se menos interventivo menos cumpridor das suas funções e a sociedade civil está a fazer mais. Vê-se, hoje, mesmo para fazer a limpeza não existe entidades dentro dos bairros ou tabancas para a fazer, só a sociedade civil para fazer a

distribuição de medicamentos, construir um centro de saúde, é a sociedade civil ou associações de emigrantes que é uma parte da sociedade civil, quem o faz. Tal devia ter a participação do Estado, mas não é o caso.

Na perspectiva de Miguel de Barros, a Sociedade Civil tem várias manifestações: tem organizações religiosas, organizações sindicais, tem organizações da comunicação social, tem as próprias universidades, tem organizações profissionais, tem as organizações não-governamentais (ONG). Depois têm as mais tradicionais como por exemplo: grupo de interesse, cooperativas, associações, grupos de pessoas coletivas, não formal, isso tudo é a sociedade civil.

Agora, vamos analisar a sociedade civil, o grande risco que nós cometemos é colocar tudo no mesmo saco, a sociedade civil são manifestações de uma determinada sociedade que tens papéis diferente, tem ações diferenciadas ao longo do tempo devido à próprio natureza, cujo fim permite reconhecer a legitimidade da sua ação. Portanto, a sociedade civil é completamente diferente na sua abordagem na Guiné-Bissau, todas essas manifestações da sociedade civil existem, existem mais antigas, existem mais recentes e existem mais modernas, se olharmos por exemplo, para os Bantaba, os grupos de manjuandade, se olharmos por exemplo, o sistema de abota ou se olharmos o mais recente como por exemplo, as bancadas, são tudo manifestação da sociedade civil. Então, a sociedade civil é a forma como diferentes agrupamentos de interesses dentro de uma sociedade civil se auto-organizam e assumem entre si o compromisso de trabalharem para o bem comum. E esse bem comum também tem um contexto territorial, tem um contexto geracional, tem um contexto temático, e tem um contexto aquilo que são as necessidades mais conhecidas na Guiné-Bissau.

A sociedade civil é muito importante até porque ela também se antecipou ao Estado moderno, que existe hoje, quando eu digo várias organizações, por exemplo, da manjuandade, da abota, são formas mais elaborados do sistema tradicional da sociedade civil na Guiné-Bissau que permitem a capacidade de provisionar os serviços, permitem o abastecimento do produto alimentar, financia o sistema de proteção social, como por exemplo, as abotas. Quando são fundos que permitem construir o Centro de Saúde, financiar as pessoas no caso de doença ou no casamento, migração outros.

Mas até financiamento na educação dos filhos e ainda no investimento do próprio negocio, portanto, um mecanismo forte da sociedade civil se formos olhar as outras

formas mais antigas, as respostas que as Igrejas dão ou que os sindicatos dão, são formas também importantíssimas da nossa história e se formos olhar aquilo que, por exemplo, as ONG também contribuem, já no Estado pois no liberalismo político podemos encontrar também questões muito importantes, como por exemplo, promoção do direito das mulheres e das meninas, direito dos agricultores, direitos humanos, direitos das crianças, questão da proteção do meio ambiente, questão da consolidação da paz, questão da consolidação da democracia, se encontra um vasto campo de intervenção da sociedade civil. Portanto, na Guiné-Bissau o Estado é frágil e o quando o Estado é ausente, a sociedade civil tem um papel crucial na forma como trabalha em vez do Estado e ao mesmo tempo em termos de promoção da consciência cívica pública em torno daquilo que são os direitos e deveres dos cidadãos.

Reportando-me à *Hipótese 1 (H1): A Sociedade Civil não tem maior ou menor capacidade de reivindicação de acordo com o partido no governo*. Em boa verdade, a sociedade civil tem a capacidade de mobilização, de promoção de diálogo na busca de estabilidade política e governativa independentemente de quem está no governo, conforme se prova na declaração de várias entrevistas. A capacidade de influência não depende do governo, pode haver um governo no poder com uma relação muito tensa relativamente à sociedade civil, mas mesmo assim a mesma consegue influenciar, em vários aspetos a sociedade guineense, e os governos respeitam isso. Às vezes coincide com alguma atuação do governo, por vezes é contra, mas a ideologia da sociedade civil e modo comportamento não é assim, alinha-se com quem, estiver no governo a favor da população. Por exemplo, o respeito e capacidade de influência da Liga (uma das associações) tem a ver com a sua credibilidade e a sua imparcialidade, mas também com o seu compromisso com a causa guineense que é notório perante toda gente.

Relativamente à *Hipótese 2 (H2): A Sociedade Civil não tem maior ou menor capacidade de reivindicação seja o chefe de Estado um militar ou um político (civil)*. A sociedade civil e a sua capacidade de reivindicação não dependem de o chefe de Estado ser militar ou político. Por exemplo, em 2018 quem era o Presidente era José Mário Vaz, um civil, e aí era mais fácil lidar com um civil do que um Presidente com pendor militar, como o atual Presidente que tem influência, mas a mesma não diminuiu nem aumentou. Isto só pode dificultar a capacidade de ação da sociedade civil. João Bernardo Vieira, por exemplo, era um militar, não obstante dizer estar na reserva os seus princípios, a sua maneira de pensar era puramente militar, com dogmas difíceis de alinhar com a lógica da

sociedade civil. A orientação militar torna difícil lidar pessoalmente com quem passou pelos quartéis, prova disso é o atual Presidente, com maior pendor militar do que civil. Para um militar a segurança é mais relevante do que as leis constitucionais em si e portanto, em situações extremas tal prevalece. Ou seja, a segurança transforma-se num valor superior ao da defesa dos direitos individuais do cidadão. Outro exemplo é o de José Mário Vaz, mais dialogante e ponderado do que Umaro Sissoco, essencialmente porque o primeiro é civil e o segundo é militar. Este contraste apesar da manutenção da sociedade civil independentemente do governo, acaba por afetar indiretamente todo o processo democrático e logo possibilitar a situação difícil que se vive neste momento.

Finalmente, no que concerne à *Hipótese 3 (H3): A Sociedade Civil não perde capacidade de reivindicação mesmo se o chefe de Estado estiver em controlo das forças dos militares*. Vemos que a sociedade civil não perdeu a capacidade de reivindicação mesmo quando o Presidente tem controlo das forças dos militares. Apesar de que é mais difícil lidar com uma pessoa que recorre o uso da violência para consolidar o seu poder e usar as forças ao seu dispor para fazer valer os seus intentos.

No geral e no momento, o contexto não é favorável, vivemos numa situação de elevada desconfiança e de insegurança. Mais concretamente, relativamente à pergunta de partida colocada: *porque é que a Sociedade Civil na Guiné-Bissau não perdeu a capacidade de mobilização?* Podemos avançar com base na discussão e comprovação das hipóteses que a sociedade civil continuou a desenvolver-se, sobretudo, nos últimos anos e este aprofundamento verifica-se porque a mesma assume um papel muito forte nas reivindicações da população direcionadas ao patronato para cumprir as obrigações face às exigências da classe trabalhadora e de maneira mais abrangente, ao Estado.

Na história recente do país, mesmo na resistência ao colonialismo, o seu maior foi a sociedade civil, porque a sociedade civil funciona na lógica da liberdade individual e não na sua limitação e nem na imposição do outro.

A sociedade civil está a contrabalançar os problemas sociais, com ataques à democracia, mais concretamente aos princípios constitucionais, como o princípio da liberdade de manifestação e de associação. Com um Estado frágil e ausente, a sociedade civil guineense tem tido um papel crucial na manutenção de alguns valores democráticos por oposição a alguns das estruturas do Estado, por exemplo, mas não só, na promoção da consciência cívica pública em torno daquilo que são os direitos e deveres dos cidadãos.

## CONCLUSÃO

Depois da investigação que realizei nesta dissertação pude rever que o nascimento da Guiné-Bissau, enquanto Estado independente, foi resultado de onze anos de luta armada, associada a séculos de resistência contra a dominação colonial e estrangeira. O país chega à independência carregado de profundas sequelas políticas, económicas, sociais e culturais, tornadas visíveis no decurso de quatro décadas da sua independência. Ao longo desse período houve sucessivos episódios violentos o que lhe conferiu características particulares, tanto no plano político e militar, como social e cultural, sem esquecer o atraso económico e a pobreza. A paz, fator essencial ao desenvolvimento, tornou-se, infelizmente, e desde o momento primeiro da democracia, uma miragem. Assim, perante este cenário procurei compreender a raiz do que afeta a sociedade guineense, em geral, e o Estado, em particular (CONC, 2018, p.51). A tal não é imune a fragilidade do Estado, sendo que tal certamente se iniciou com o golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 e que conduziu Nino Vieira ao poder durante 18 anos, agravando-se com o conflito político-militar de 1998/99.

Como diz um dos entrevistados (Miguel de Barros), a institucionalização da democracia, em 1994, com a organização das eleições, em 1991, possibilitou a revisão da Constituição que permitiu as eleições de 1994. Todavia, tal não corresponde ao funcionamento das instituições dentro do que são os valores do regime do democrático. Houve mais golpes de Estado do que eleições realizadas, houve mais governo de transição de unidade nacional, governos inconstitucionais, pior funcionamento a nível do sistema de justiça, sistema de administração e sistema de segurança do que a salvaguarda dos Direitos Humanos. Portanto, o funcionamento da democracia é desfasado daquilo que é a instituição da democracia enquanto regime. Quando se faz uma avaliação do que temos na Guiné-Bissau, há emergência efetividade da democracia no país. O que, passados esses anos de democracia, significa que embora nós tenhamos um regime que se diz democrático a sociedade está muito aquém de um sistema verdadeiramente democrático.

Por um lado, o Estado viola os direitos humanos das populações, o Estado não garante os serviços básicos que são da sua responsabilidade e competência e reprime a própria participação livre dos cidadãos. Num contexto da democracia há um hiato entre aquilo que é dito como sistema e a sua funcionalidade.

Na década de 2000 a vida pública da Guiné-Bissau, foi marcada essencialmente pela persistência instabilidade política, fragilidade do Estado e não observância dos preceitos do Estado de Direito Democrático, particularmente no que se refere a submissão do poder militar ao poder civil. O país não foi capaz de superar as consequências políticas, económicas e sociais geradas pelo conflito político-militar de 1998-1999. A persistente instabilidade política, consubstanciada (i) nos sucessivos governos que, em média, não ultrapassavam períodos de governação de seis meses, entre 2000-2004, e dois anos, entre 2004-2009), (ii) nas sucessivas interferências dos militares nos assuntos políticos e de governação, minando os esforços virados para a consolidação da democracia e do Estado de Direito e iii) nas condicionalidades da comunidade internacional e subsequente adiamento de apoios por parte dos parceiros de desenvolvimento (DENARP-II, 2011, p.12). Os atores políticos, movidos pela velha estratégia de “dividir para melhor reinar” são apontados como sendo os principais instigadores do espírito divisionista e de falta de tolerância entre as diversas comunidades étnicas, religiosas, entre outras, na Guiné-Bissau (CONC, 2018, p.44).

A incessante busca das possibilidades de reconciliar os guineenses e os aproximar dos órgãos de soberania, mantendo sempre o princípio de separação de poderes e, concomitantemente, de interdependência institucional, são os compromissos assumidos por alguns pelo Presidente Malam Bacai Sanhá ao longo dos três anos em que esteve à frente do país. Essa árdua vontade é expressa pelo único Presidente da República desta recente história democrática guineense, que nunca chegou a assinar um decreto para demitir o governo. Contudo, não lhe faltaram perturbações que podiam levar isso, sobretudo logo no início de sua magistratura. Não cedeu às pressões e aos jogos para derrubar o seu chefe de Governo, Carlos Gomes Júnior. Conseguiu manter a serenidade, o equilíbrio e o necessário sentido de Estado compatível com as exigências de estabilização do país. Havia a noção das dificuldades herdadas, marcadas sobretudo pelos dramáticos acontecimentos que vitimizaram o seu antecessor e o então Chefe de Estado-Maior General das Forças. Não escondeu, no entanto, a sua determinação em inaugurar uma nova página na história da Guiné-Bissau, mediante a promoção do diálogo, da estabilidade e da justiça social. Confrontado com um país, onde a capacidade de uso da violência legítima por parte do Estado, demonstrava vontade em restituir o império da lei e, conseqüentemente, em garantir a defesa dos princípios dos direitos humanos (Semedo, 2022, p.377).

A República da Guiné-Bissau, é um Democracia constitucionalmente instituída, fundada na unidade nacional e na efetiva participação popular no desempenho, controlo e direção das atividades públicas, e orientada para a construção de uma sociedade livre e justa (art.3). Ainda à liberdade de expressão, reunião, manifestação e associação arts.51,54 e 55) (CRGB,1996, pp.3-14 e 15). Mas, ao contrário nos últimos dois anos, observou-se um declínio do respeito pelo livre exercício do direito humano à oposição democrática motivado pelo autoritarismo que tem caracterizado o atual regime. De entre vários comportamentos antidemocráticos que visaram coartar o direito à oposição democrática na Guiné-Bissau, destacam-se as sucessivas intervenções incendiárias do Presidente da República em relação aos opositores, com ameaças e intimidações destinadas a reduzir o espaço político constitucionalmente assegurado aos partidos políticos e respetivos líderes. Para além destes comportamentos inaceitáveis, vários casos de repressão do direito à oposição política ocorreram entre 2020 e 2022 (LGDH,2023, pp.17-18).

A solução política, económica e social na Guiné, será a consolidação do espírito democrático mediante o cumprimento da *Constituição da República* e das demais leis. As reformas nas forças de defesa e segurança, a reforma no aparelho judicial e a discussão do papel da oposição, bem como, a melhoria das formas de intervenções militares nos assuntos políticos e será melhorada as condições de vida das populações. Segundo Semedo, conforme já referido, devem-se considerar três fatores como indispensáveis para o país se livrar da instabilidade e assegurar as oportunidades do desenvolvimento: (i) -A estabilidade e a paz política e social, assente no diálogo permanente entre os componentes da sociedade guineense, na busca das melhores soluções para os problemas que vivem; (ii) - Uma justiça de qualidade, que garanta aos cidadãos o respeito e o pleno gozo dos seus direitos e liberdades e que contribua para a moralização e a transparência da vida pública, através do combate sem tréguas à corrupção, ao narcotráfico e ao crime organizado; (iii) - A capacidade de havendo paz, estabilidade e justiça, criar um clima favorável ao investimento, particularmente ao investimento estrangeiro e da nossa diáspora, através da adoção de políticas mais atrativas e procurar os meios para o pagamento da dívida interna, como forma de recuperação e relançamento do sector privado nacional (In Nô Pintcha, ed.2066,citado por Semedo, 2022, pp.377-378). Nesta dissertação procurei, pois, utilizar este enquadramento para que a partir da descrição cronológica dos factos e das entrevistas realizadas de acordo com dimensões de análise

fundamentais procurar compreender a evolução da sociedade civil e a democracia na Guiné-Bissau (1991-2019). Assim, tendo como móbil para a sua manutenção mesmo com toda a instabilidade política na Guiné-Bissau a abertura e desenvolvimento democrático do país tornam-se fundamentais. Aliás, o nível de participação da sociedade civil na construção do Estado de Direito democrático, assim como o envolvimento da população no processo eleitoral, e o reconhecimento sobre a democracia são pois centrais para que, apesar das recorrentes crises, o espectro democrático conquistado se possa aprofundar. A Guiné-Bissau como um Estado de Direito democrático, apesar de não cumprir com o seu dever plenamente por causa de fragilidade da democracia, pois o Estado não tem capacidade de responder às necessidades básicas de todos os seus cidadãos, principalmente, à saúde, à educação e à segurança, continua a persistir e a reforçar-se pela via da sociedade civil.

Recordando as minhas hipóteses aqui confirmadas, venho pois reafirmar que *a Sociedade Civil não tem maior ou menor capacidade de reivindicação de acordo com o partido no governo* (Hipótese 1); *a Sociedade Civil não tem maior ou menor capacidade de reivindicação seja o chefe de Estado um militar ou um político (civil)* (Hipótese 2), e apesar de o tratamento e a facilidade de a sociedade civil interagir com o chefe de governo serem distintos caso reportarmos a um civil (mais acessível) ou a um militar (mais difícil); e, a Sociedade Civil não perde capacidade de reivindicação mesmo se o chefe de Estado estiver em controlo das forças dos militares (Hipótese 3).

Afinal, *porque é que a Sociedade Civil na Guiné-Bissau não perdeu a capacidade de mobilização?* Isto ocorre, essencialmente porque num contexto de tentativa de amortecimento e silenciamento das instituições políticas como da sociedade civil é muito complicado falar da estrutura da sociedade civil ter uma ação mais visível ou comprometida para influenciar as normas democráticas. É verdade que, o comportamento de grupos de pessoas que pensam que a sociedade civil tem se deixado manipular pela classe política, os atores dessas estruturas às vezes não assumem a responsabilidades com convicção, utilizam a estrutura da sociedade civil como uma ponte ou trampolim para ascender à esfera pública ou organização partidária. Só a partir de 2020, podemos recuar praticamente durante todo esse processo democrático, os guineenses que não são das associações da sociedade civil não são permitidos gozar de direito de manifestação.

Neste momento a nossa sociedade civil está a funcionar no verdadeiro sentido da palavra porque existem muitos problemas inclusive ataques claros à democracia, aos



princípios constitucionais, ao princípio da liberdade de manifestação, de associação. Mas o movimento que a partir daqui devia estar na vanguarda da defesa deste princípio não está a fazer o seu trabalho. Entretanto, existe a sociedade civil que procura, de acordo com os depoimentos, lutar pelo cumprimento dos seus objetivos estatutários, mas, nem sempre o consegue, tendo em conta a situação sociopolítica do país. Não estão a ser garantidos os direitos e as suas dos cidadãos e das associações da sociedade civil, plasmados na *Constituição da República*. Com um Estado é frágil e ausente, a sociedade civil guineense tem tido um papel crucial na manutenção de alguns valores democráticos por oposição a alguns das estruturas do Estado, por exemplo, mas não só, na promoção da consciência cívica pública em torno daquilo que são os direitos e deveres dos cidadãos.

## Bibliografia

- Acemoglu, D. & Robinson, J. A. (2013). *Porque Falham as Nações, As Origens do Poder, da Prosperidade e da Pobreza*. Lisboa.
- Araujo, M. P. & Pinto, A. C. (18 de Abril de 2017). *Democratização, Memória e Justiça de Transição nos Países Lusófonos*. Disponível em: [https://repositório.ul.pt/bitstream/10451/28061/1/ICS\\_ACPinto\\_Democratizacao\\_LEI.pdf](https://repositório.ul.pt/bitstream/10451/28061/1/ICS_ACPinto_Democratizacao_LEI.pdf)
- Barros, M. d. (2014). *Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau, Dinâmica, Desafios e Perspetivas*. Bissau.
- Cardoso, C. (2002). *A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau, Centro do Estudos Africano, Ocasional Papers 5*.
- Carvalho, C. et al (2017). *Avaliação Externa à Intervenção da Cooperação Portuguesa no Sector da Educação (Pré-Escolar, Básico e Secundário) na Guiné-Bissau (2009-2016)*. Disponível em: [https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/relatedu\\_gbjul17.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/relatedu_gbjul17.pdf)
- Cassama, A. S. (2020). *Banca na Guiné-Bissau*. Lisboa: Silabas, Ld.
- CEEA. (2013). *Promover a Estabilidade e a Reconciliação na Guiné-Bissau: Lições do Primeiro Narco-Estado de África*. Disponível em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/ASR02PT-Promover-a-Estabilidade-e-a-Reconcilia%C3%A7%C3%A3o-na-Guin%C3%A9-Bissau-Li%C3%A7%C3%B5es-do-Primeiro-Narco-Estado-de-%C3%81frica.pdf>
- Cissoko, M. (2023). *Nós e a História*.
- CONC. (2018). *Relatório em Nome da Paz, Consulta sobre Paz, Reconciliação e Desenvolvimento (2009-2017)*. Lisboa. Disponível em: [https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/cocn.\\_relatrio\\_final.\\_versuo\\_website.pdf](https://uniogbis.unmissions.org/sites/default/files/cocn._relatrio_final._versuo_website.pdf)
- Coutinho, A. B. (2017). *Os Dirigentes do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), na Fundação e Ruptura 1956-1980*. Coimbra: Imprensa da Universidade Coimbra.
- CRGB. (1996). *Constituição da República da Guiné-Bissau*.

Demartis, L. (2002). *Tutto Sociologia*. Lisboa/Portugal.

DENARP-II. (2011). *Documento de Estrategia Nacional de Reducao da Pobre-II*. Bissau.Disponivel em: [https://fecongnd.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011\\_2015.pdf](https://fecongnd.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf)

Furtado, A. B. (2005). *Administracao e Gestao da Educacao na Guiné-Bissau:Incoerencia e Descontinuidades*,Dissertacao apresentada a Universidade de Aveiropara cumprimento dos requisitos necessarios a obtencao do grau de Doutor em Ciencias da Educacao.Disponivel em: Link: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/1098/1/2005001736.pdf>

Giddens, A. (2010). *Sociologia,Fundacao Calouste Gulbenkian*. Lisboa.

Giddens, A. (2013). *Sociologia,Fundacao Calouste Gulbenkian*. Lisboa.

GI-TOC. (2021). *Economia Ilicita na Guiné-Bissau, o Processo de Cocaina Seidi Bá, uma cortina de fumo para a impunidade*.Disponivel em: <https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2021/01/GITOC-Guinea-Bissau-Seidi-Ba-RB1-Portuguese-June14-WEB.pdf>

Koudawo, F. (1996). *A Sociedade Civil e Transicao Pluralista na Guiné-Bissau,in Koudawo,F e Mendy,P.(Coord),Pluralismo Politico na Guiné-Bissau*. Bissau: INEP.

LGDH. (2013). *Relatorio sobre situacao dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau*. Bissau.Disponivel em: <https://fecongnd.org/pdf/crianca/Relatorio%20Liga%20Guineense%20dos%20Direitos%20Humanos%202012.pdf>

LGDH. (2016). *Relatorio sobre a Situacao dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau (2013-2015)*. Bissau.Disponivel em: [https://fecongnd.org/pdf/crianca/Relatorio%20sobre%20DH%20GB%202013\\_2015.pdf](https://fecongnd.org/pdf/crianca/Relatorio%20sobre%20DH%20GB%202013_2015.pdf)

LGDH. (2023). *Relatorio sobre a situacao dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau*. Bissau.Disponivel em: [https://drive.google.com/file/d/1d\\_2Llk8SEgGL37HmzKdc0UezERVg7ya8/view](https://drive.google.com/file/d/1d_2Llk8SEgGL37HmzKdc0UezERVg7ya8/view).

- Lopes, C. (2020). *Africa em Transformacao,Desenvolvimento economica na era da duvida*. Lisboa : Tinta de China.
- Mendy, P. (1996). *A Emergencia do Pluralismo Politico na Guiné-Bissau*,in Koudawo,F e Mendy,P.(Coord),*Pluralismo Politico na Guiné-Bissau*. Bissau: INEP.
- Moreira, J. K. (2022). *Mantchundadi:Género,Performance e Violencia Política na Guiné-Bissau*. Portugal,Lisboa.
- Pereira, L. T. & Moita, L. (1976). *Guiné-Bissau 3 anos de independencia*. Lisboa.
- Reis, C. et al (2005). *Cabral no Cruzamento de Epoca ,Comunicacoes e Discursos Produzidos no II Simposio Internacional Amilcar Cabral*. Praia/Cabo Verde: Alfa Comunicacoes.
- Rudebeck, L. (2001). *Colapso e Reconstrucao Política na Guiné-Bissau1998-2000,Um Estudo de Democratizacao Dificil,Nordiska Afrika institutet*.
- Sangreman, C. et al (2006). *A evolucao política recente na Guiné-Bissau :As eleicoes presidenciais de 2005,os conflitos,o desenvolvimento,a sociedade civil*. Lisboa .Disponivel em: <https://cessa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp70.pdf>
- Semedo, R. J. (2021). *PAIGC a Face do Monopartidarismo na Guiné-Bissau 1974-1990*. Bissau.
- Semedo, R. J. (2022). *Desconstrucao de um Estado por Construir (1973-2019) :41 discursos proferidos por 7 Presidentes da República da Guiné-Bissau*. Bissau: Corubal.
- Silva, F. D. (2003). *Guiné-Bissau,Páginas de Historia Política,Rumos da Democracia . Guiné-Bissau*,Bissau.
- Sucuma, A. (17 de janeiro de 2012). *VI Breve Historico sobre a Construcao do Estado da Guiné-Bissau*, pp. 4-5.Disponivel em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/viewFile/110099/22012>
- Teixeira, R. J. (2015). *Cabo Verde e Guiné-Bissau:As Relacoes entre Sociedade Civil e o Estado*. Recife: UFPE.

UNIOGBIS. (2019). *O Direito Humano de Participar nos Assuntos Políticos e Públicos na Guiné-Bissau, janeiro de 2018 a junho de 2019*. Bissau. Disponível em:

# ANEXOS

**Quadro 1:** Definição de questões para os entrevistados

N	Objetivos	Perguntas
1	A democracia na Guiné-Bissau iniciou-se nos anos 90, depois de queda do artigo quatro da Constituição de 1984, que consagrava o PAIGC com força dirigente da sociedade. A partir daí, foram realizadas primeiras eleições gerais em 1994.	Opinião sobre a democracia na Guiné-Bissau?
2	É um conjunto das organizações voluntárias. Por exemplo, as associações, as ONGs, os Sindicatos e grupos de Mandjuandadi.	Opinião sobre a sociedade civil na Guiné-Bissau?
3	Conhecer o papel da sociedade civil na consolidação de Estado de Direito e Democrático na Guiné-Bissau, tem um papel fundamental na construção de Estado de Direito e Democrático porque há zonas longínquas onde não presença do Estado naquela zona as ONGs intervêm,	Qual é o papel da sociedade civil na consolidação de Estado de Direito e Democracia na Guiné-Bissau?
4	Saber as causas de instabilidade política na Guiné.	Quais são as causas de instabilidade política na Guiné-Bissau, qual é a sua análise sobre isso?
5	Conhecer se o Estado de Direito na Guiné-Bissau está ameaçado.	O Estado de Direito na Guiné-Bissau está ameaçado? Se sim, desde quando e porquê?
6	Identificar à origem da fragilidade da democracia na Guiné.	Na sua perspetiva o que origina a fragilidade da

		democracia na Guiné-Bissau?
7	Identificar o nível da liberdade de expressão, capacidade de reunião e de associação em Guiné-Bissau.	Qual é o nível da liberdade de expressão, capacidade de reunião e de associação em Guiné-Bissau?
8	Explicar a avaliação da Sociedade Civil desde abertura democrática na Guiné-Bissau.	Como se avalia atuação da Sociedade Civil desde abertura democrática na Guiné-Bissau 1991?
9	Identificar as principais dificuldades das organizações da Sociedade Civil na Guiné-Bissau.	Na sua opinião, quais são as principais dificuldades das organizações da Sociedade Civil na Guine-Bissau?
10	Saber se a organização está engajada em advocacia com objetivo de influenciar políticas públicas ou alocação de recursos públicos.	A organização que representa está engajada em advocacia com objetivo de influenciar políticas públicas ou alocação de recursos públicos?

11	Conhecer se a organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização quando há maior ou menor instabilidade política e social.	A organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização quando há maior ou menor instabilidade política e social? Porquê?
12	Identificar se a organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização independentemente do partido do governo (ideologia política do partido).	A organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização independentemente do partido do governo (ideologia política do partido)? Porquê?
13	Identificar se a organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização independentemente do chefe de Estado/Presidente ser militar ou civil (politico).	A organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização independentemente do chefe de Estado/Presidente ser militar ou civil (politico)? Porquê?
14	Identificar se a organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização independentemente do nível de controlo de chefe de Estado/Presidente sobre os militares.	A organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização independentemente do nível de controlo de chefe de



		Estado/Presidente sobre os militares? Porquê?
--	--	---

## Guião de Entrevista

### 1. Caracterização sociodemográfica

Idade\_\_\_\_\_

Sexo\_\_\_\_\_

Escolaridade (grau) \_\_\_\_\_

Profissão\_\_\_\_\_

Onde se trabalha\_\_\_\_\_

### 2. Questões mais gerais (sobre o país)

2.1. Qual é a sua opinião sobre a democracia na Guiné-Bissau.

2.2. Qual é a sua opinião sobre a sociedade civil na Guiné-Bissau.

3.3. Qual é o papel da sociedade civil na consolidação de Estado de Direito e Democracia na Guiné-Bissau.

3. Questões mais focadas (sobre a instabilidade, a sociedade e a organização dos entrevistados):

3.1. Quais são as causas de instabilidade política na Guine Bissau, qual é a sua análise sobre isso?

3.2. O Estado de Direito na Guiné-Bissau está ameaçado? Se sim, desde quando e porquê?

3.3. Na sua perspetiva o que origina a fragilidade da democracia na Guine Bissau?

3.4. Qual é o nível da liberdade de expressão, capacidade de reunião e de associação em Guiné-Bissau?

3.5. Como se avalia atuação da Sociedade Civil desde abertura democrática na Guiné-Bissau em 1991?

3.6. Na sua opinião, quais são as principais dificuldades das organizações da Sociedade Civil na Guine Bissau?

3.7. A organização que representa está engajada em advocacia com objetivo de influenciar políticas públicas ou alocação de recursos públicos?

3.8. A organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização quando há maior ou menor instabilidade política e social? Porquê?

3.9. A organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização independentemente do partido do governo (ideologia política do partido)? Porquê?

3.10. A organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização independentemente do chefe de Estado/Presidente ser militar ou civil (político)? Porquê?

3.11. A organização que representa tem a mesma capacidade de mobilização independentemente do nível do controlo de chefe de Estado/Presidente sobre os militares? Porquê?